



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

ANDRESSA DE SÁ PASCHOAL

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA:
Uma análise da violência sexual contra meninos**

Brasília, julho de 2017

ANDRESSA DE SÁ PASCHOAL

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA:
Uma análise da violência sexual contra meninos**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social (TCC) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli.

Brasília, julho 2017

ANDRESSA DE SÁ PASCHOAL

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA:
Uma análise da violência sexual contra meninos**

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor REGINALDO GUIRALDELLI

Orientador

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Professora ANDREIA DE OLIVEIRA

Examinadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Professora MARIA ELAENE RODRIGUES

Examinadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Brasília, ____ de ____ de 2017

Dedico este trabalho à Adrianna Reis de Sá, a mulher que me inspirou e me ensinou que se deve olhar para as vilezas desse mundo com coragem e sensibilidade para se envolver em mudanças. Obrigada, mãe.

Agradecimentos

Agradeço a Deus. Não como o primeiro ponto de uma lista norteadora, mas, parafraseando Stênio Marcius, o tapeceiro que teceu cada linha do tapete da vida, em todas as suas cores. E, por assim ser, a quem dirijo também todos os subsequentes agradecimentos, os detalhes que podem ter passado batido e tudo o mais que nunca cabe em breves palavras.

Aos maravilhosos amigos que recebi na universidade e que levarei por toda vida. Pela forma amável como cuidaram de mim e me ensinaram tantas coisas durante esses anos. É jubiloso não ter a possibilidade de citar todos os feitos e todos os atores, mas agradeço em especial por compartilharem comigo o zelo pelo bom aproveitamento da fase acadêmica e todas as suas possibilidades de engajamento e aprendizado e, assim, terem crescido ao meu lado em conhecimento.

Aos que, nesse período, sempre atenciosos, me vinham perguntar como eu estava e como estava minha cria, o TCC. Àqueles que confiaram suas experiências a mim e encorajaram essa produção, agradeço de forma especial e com admiração. Aos que, por sua curiosidade na temática, me incentivavam ainda mais a continuar. Aos que, sabendo o ser sociável que sou, optaram por estudar ao meu lado e fizeram absoluta diferença no meu dia a dia. E, dos que não posso deixar de citar o nome, ao Rodrigo, Murilo, Lucas, Ana, Deyvison, Emerson e Jenny pelas caronas, orações, apoio e cordialidade.

Agradeço aos que me perdoaram as faltas e ausências nas costumeiras saídas e especialmente aos meus colegas e professores de atividades extracurriculares que me permitiram o afastamento. À minha professora Tatiana Rosa, pela sua excelência e atenção que fizeram tão mais deliciosa e possível a rotina desse semestre e aos meus companheiros Mauro, Winne e Régio por “segurarem as pontas” para mim com disposição alegre.

À minha família pelo cuidado, amor, atenção, o tão caro e próprio humor e alegria e pela compreensão da rotina intensa que adotei por todo esse tempo, sem os quais não teria sido viável essa jornada. E, enfaticamente, pelos diversos sacrifícios por tantos anos, provas de amor que me trouxeram até esta etapa e me ensinaram doação, resiliência e empatia. E, de modo salutar, à Priscila por me oferecer sua companhia e atenção únicas, por saber exatamente como me acalmar e incentivar.

E, a quem dedico este trabalho, agradeço a minha mãe por todo o seu apoio, por seus ouvidos atentos às minhas indignações, por partilhar comigo as indignações suscitadas e por ser uma inspiração para mim como profissional e como mulher.

Por fim, agradeço a todos os professores do Serviço Social dos quais tive a honra de ter aula e que foram incisivos em mostrar a necessidade e a riqueza de superar o aparente e de resistir ao comodismo de encarar a academia e a atuação profissional como meio de atender aos nossos interesses imediatos, mas, do contrário, por terem zelo pela criticidade e compromisso com a transformação social. Em especial às professoras Andreia de Oliveira e Maria Elaene Rodrigues, que compõem a banca, pela disposição em partilhar suas competências no exame deste trabalho.

Pelo tempo também exaustivo e provocador que é o Projeto de TCC, a professora Camila Potyara, por me mostrar que era este o tema me instigaria, provocaria e me propulsionaria a persistir e, ao mesmo tempo, por me alertar que seria um caminho penoso com histórias tristes e literatura escassa, eu agradeço pela precisão das suas palavras, tão reais se fizeram. E, especialmente, por sua doçura corajosa, paciência e inteligência que tão bem me deram o auxílio que eu saciava.

Por fim, não como último ponto de uma lista norteadora, mas como “a chave de ouro” da lista de toda a sorte de agradecimentos que me eram necessários fazer, agradeço ao meu orientador Reginaldo Guiraldelli, que hoje, antes de um professor com quem tive aula, é um homem e profissional a quem admiro; por toda sua atenção, competência e inteligência que me ajudaram de forma cirúrgica a organizar e concluir este trabalho. Grata sou e contente estive por sua sinceridade, indicações, correções e por seu apressado por excelência.

Vamos, todos se sentem
As pessoas querem agir como se já soubessem
Mas estou aqui para tirar seu sorriso
E contar do que está rolando pela cidade
Eu sei que você não quer ouvir a verdade
Sei que odeia o fato de que, na verdade, eu tenho a prova
Mas eu só preciso que você acredite
Eu estou falando do bom, do mal e do feio

Good, Bad, Ugly, música do rapper americano *Lacrae*
que relata um abuso sexual sofrido por ele na infância.

RESUMO

O presente trabalho visou investigar as problemáticas e as expressões culturais envolvidas na violência sexual contra meninos, que circunscreve crianças e adolescentes do gênero masculino. A partir da Análise de Conteúdo, se interpretou os discursos de notícias de grandes mídias a partir da sua veiculação no Facebook, assim como a resposta dos usuários às reportagens que discorriam e informavam de casos que tratavam desse tipo de violência. Para compreensão da investigação, se explorou os conceitos referentes aos objetos do trabalho; a identificação dos meninos por infância e adolescência e gênero, a construção de sentido a partir da sociedade e mídia e do fenômeno a partir da definição de violência. Por fim, a exploração das expressões contidas na violência sexual contra crianças do gênero masculino e a discussão sobre a proteção legal e o envolvimento do Serviço Social no combate a essa violência.

Palavras-chave: Violência sexual; Mídia; Gênero; Serviço Social; Crianças e Adolescentes, Meninos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	14
CAPÍTULO 1	
REFLEXÃO TEORICA SOBRE CONCEITOS GERAIS	15
1.1 MÍDIA E SOCIEDADE	15
1.2 O GÊNERO MASCULINO E A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	19
a) Do gênero à construção do “virar homem”	19
b) Infância e Adolescência	23
1.3 VIOLÊNCIA	25
CAPÍTULO 2	
AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS E A ATUAÇÃO O SERVIÇO SOCIAL	30
2.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS	30
2.2 SERVIÇO SOCIAL E A PROTEÇÃO LEGAL	35
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE COMPARATIVA DE CONTEUDO NA MÍDIA	40
3.1 NOTICIA A	41
3.2 NOTICIA B	42
3.3 REPORTAGEM C	43
3.4 CATEGORIZAÇÃO	45
3.5 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Ao nos referirmos à violência sexual infantil, é comum que criemos em nossas mentes a repulsiva cena de um homem adulto tocando indevidamente uma criança ou adolescente do gênero feminino – o que chamaríamos de “pedófilo” e “menina”. No entanto, essa cena é uma dentre as várias imagens que compõe o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Suas manifestações, seus atores, sua “audiência”, suas problemáticas, podem ser dispostas por cenas bem menos comuns.

A violência sexual é uma relação de aproveitamento da condição de fragilidade de quem os sofre, configurando violação grave dos direitos previstos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Constituição Federal de 1988 e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (DUARTE, 2009). Ainda assim, sua frequência é grande, sendo uma das violências mais praticadas contra crianças e adolescentes no Brasil (MINAYO, 2009).

Os estudos apontam a violência sexual contra meninas sempre em maior incidência do que a praticada contra meninos (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). No entanto, a violência sexual contra meninos ainda é uma realidade, e é digna de atenção e investigação, quanto mais para que se entenda que fenômenos culturais levam à relativa baixa notificação por parte dos envolvidos (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Em 2012, de 10425 casos notificados, 1748 eram de meninos.

Os problemas e expressões da questão, apresentam peculiaridades bem distintas que demandam dos profissionais envolvidos, conhecimento e compreensão e, da sociedade e mídia, transformação de abordagem ao se referir a temática. Essas questões estão inseridas na cultura brasileira por meio da imposição de padrões rígidos de comportamento dentre os gêneros, e dos estigmas quanto a sexualidade dos sujeitos (ALMEIDA, PENSO & COSTA, 2009).

Investigamos, neste trabalho, as expressões da violência sexual contra meninos e a forma como a sociedade cria, produz e reproduz sentidos sobre ela, perpassando a veiculação da mídia. A sociedade e a mídia são os meios pelos quais os sujeitos criam e compartilham opiniões e influencias acerca da questão, dos quais nos debruçamos para explorar o fenômeno expresso. O “menino” é o sujeito estudado, entendido dentro da identidade da infância e adolescência e dentro do gênero masculino. E a violência é o fenômeno abordado, especificamente, a violência contra crianças e adolescentes.

Em se tratando de um trabalho afim ao Serviço Social, discutimos sobre o histórico de combate à violência sexual pela categoria, seu papel estratégico na sociedade, seu caráter ético e a disposição de estratégias de enfrentamento da especificidade da violência que esse trabalho aborda, dado pela profissão frente aos desdobramentos próprios do fenômeno.

Partimos da Análise de Conteúdo de grandes mídias e mídias sociais e debates recorrentes destes para fazer uma interpretação não exaustiva da relação entre essa visão social e o combate à violência sexual contra meninos na sociedade, de forma geral, tomando a discussão também a partir da prática profissional.

No primeiro capítulo são abordados os conceitos gerais que envolvem a temática, isto é: Mídia e Sociedade, Gênero e Infância e Adolescência e Violência – sexual e violência sexual infantil. No segundo capítulo se faz o aprofundamento das peculiaridades da Violência Sexual Contra Meninos e a relação da Proteção Legal/Social e a relação do Serviço Social com a questão. Por fim, no último e terceiro capítulo, se faz a Análise de Conteúdo de duas notícias e dos comentários de três reportagens que envolvem a temática.

JUSTIFICATIVA

Em 2014, no decorrer da entrevista¹ com o Caio Fábio², no programa de televisão The Noite, houve o relato de uma violência sexual infantil. O convidado conta como, aos 5 anos, a babá de 15 anos do seu irmão “teve relações sexuais com ele” e do quanto ele teria gostado. A plateia reage com risadas e o entrevistador comenta sobre a sorte que Caio teve. Paralelamente, explodia o fenômeno dos MCs mirins, cantores de funk de menoridade, cujas canções eram de conteúdo sexual explícito e os vídeo clipes apresentavam meninos dançando e contracenando com mulheres adultas³.

¹ Acesso a entrevista na íntegra em <https://youtu.be/cbhUEhvm7W0>

² Mais informações podem ser encontradas em seu blog pessoal. Acesso em: <http://www.caiofabio.net/>

³ Mc Brinquedo, nascido em 3 de agosto de 2001. Começou a carreira com 13 anos de idade, ficou conhecido nacionalmente pelas canções "Roça Roça" e "Bonequinha e Iraquiana", tem contrato com a gravadora KL Produtora; Mc Pedrinho, nascido em 3 de maio de 2002, começou sua carreira de cantor aos 12 anos, seu *hit* "Dom DomDom", tem mais de vinte milhões de visualizações no clipe oficial do youtube. Agenciado pela GR6 produtora independente; Mc Pikachu, nascido em 23 de setembro de 1999, também agenciado pela KL Produtora, são alguns dos exemplos.

Em competência de estudante de Serviço Social afim aos debates da violência e exploração sexual infantil e expressões da masculinidade, a curiosidade investigativa, dada pelos acontecimentos supracitados, instigou a presente pesquisa à compreensão das possíveis diferenças da percepção da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do seu gênero. Haja vista a compreensão de como a mídia pode expressar e influenciar os debates vigentes da sociedade, assim como ser influenciada por ela, utilizamo-nos dela para investigar os discursos imbricados.

Entender as peculiaridades que a violência sexual contra meninos apresenta, perpassa nos debruçarmos sobre os estudos de gênero, masculinidade e da violência em questão, no entanto, o apontamento da incidência da violência sexual contra meninos varia muito a depender da metodologia da pesquisa observada (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Os estudos acerca do gênero masculino e, conseqüentemente, acerca da violência sexual contra meninos, são muito escassos, configurando um problema de falta de fontes generalizada por todo o globo (CARVALHO, 2015), (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012) e (CECARELLI, 2013). Além do que, a literatura aponta a carência de pesquisas sobre as peculiaridades das conseqüências da violência sexual a partir da diferenciação de gênero dos violentados (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009).

Compreendemos então, a urgência de investigar a temática e contribuir para os estudos da violência sexual contra crianças e adolescentes do gênero masculino, e da necessidade do enriquecimento de fontes de pesquisa afins que venham a ser relevantes para o combate dessa violência e dar voz aos sujeitos violentados por hora invisibilizados.

HIPÓTESE

Há baixa percepção da sociedade acerca da ocorrência da violência sexual contra meninos e a tendência dessa sociedade é a naturalização e aceitação do fenômeno.

QUESTÕES DE PARTIDA

O que faz com que a literatura sobre esse tema seja escassa em comparação aquela relativa ao recorte feminino? Quais fatores culturais estão imbricados no fenômeno estudado? O que as grandes mídias, através das redes sociais, podem nos mostrar desses fatores culturais?

E por último, quais serão as consequências dessa visão social para a garantia da segurança de crianças e adolescentes do sexo masculino?

OBJETO

A violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir do recorte do gênero masculino.

OBJETIVO

Analisar os fenômenos que formam o discurso da sociedade sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino – os meninos –, por meio da amostragem das redes sociais e de páginas das grandes mídias e mídias sociais.

METODOLOGIA

Utilizamos de leis, resoluções, cartilhas de órgãos públicos ou internacionais, estatutos e determinações ou orientações profissionais de órgãos competentes sobre a temática para a conceituação das violências apontadas e as disposições legais que as cercam. E para definir e explicar os fenômenos e conceitos descritos, buscamos literatura especializada, por meio de artigos e livros publicados em periódicos acadêmicos.

Assim, no Capítulo 1, conceituamos “sociedade”, explicitando como ocorrem as influências de pensamento e ações entre os indivíduos por meio dos estudos de Weber e Norbert Elias para, em seguida, conceituar “mídia” e mostrar como ela entra nessa relação mútua de influências e construção de opinião, a partir de Lipmann e McCombs.

Passamos pela conceituação de “gênero”, adotando o referencial de Scott e discussão em torno do fenômeno do “virar homem”, além da conceituação de “infância e adolescência”. E, enfim, tratamos da “violência” e suas formas, dando ênfase na “violência sexual infantil”.

Assim, no Capítulo 2 foram estudados os fenômenos próprios da violência sexual contra meninos e seu desvelar e problemáticas dadas a cultura em que se insere. Assim como a proteção legal referente a violência sexual contra crianças e adolescentes e o envolvimento e posição estratégica do Serviço Social no combate à violência estudada.

Dada a hipótese apresentada, no Capítulo 3 foram investigados relatos e reportagens de violência sexual contra meninos. As reportagens apresentadas são de três grandes mídias distintas, acessadas por meio da publicação no Facebook da página da redação. Fizemos a Análise de Conteúdo da própria notícia na fonte primária de publicação e dos comentários da notícia na mídia social.

O método de Análise de Conteúdo foi sistematizado na primeira metade do século XX e a princípio foi importante ferramenta na busca dos sentidos dos artigos e propagandas da imprensa escrita nos Estados Unidos, sendo hoje um método amplamente utilizado. É uma técnica de rigor científico que visa interpretar a substância de textos e discursos veiculados das mais diversas formas.

A metodologia embasada é de Laurence Bardin e consiste em fazer inferências por meio de indicadores de frequência ou de indicadores combinados, criando uma descrição sistemática dos termos ou palavras a serem interpretados (BARDIN, 1977). Dentro da Análise de Conteúdo, utilizamos a Análise de Enunciação e a Análise Temática.

A Análise de Conteúdo pode abordar o locutor – quem enuncia a notícia –, o objeto a ser discutido – neste caso, a violência sexual contra meninos – e um terceiro participante que neste trabalho refere-se aos usuários do Facebook que interagiram com a reportagem. A reportagem, nesse contexto, é necessariamente um discurso, tal qual os comentários. As palavras escolhidas, repetidas, as lacunas expressas e as representações feitas, consciente ou inconscientemente, servem para entendimento do discurso (BARDIN, 1977).

Os resultados propostos por essa ferramenta de análise não são constatações últimas de averiguação, necessariamente, exaustiva do objeto abordado, a formar provas inelutáveis, mas respaldam e corroboram para as discussões teóricas com ilustrações conscientes (BARDIN, 1977).

O Facebook tem uma abrangência de representatividade muito grande, visto que, ainda em 2012, contava com 51 milhões de usuários brasileiros que, mesmo desmembrados em gênero, faixa etária e estado, se assimilavam aos dados demográficos do Censo 2010 (SOUZA, ALMEIDA, FAZITO & DIAS, 2012). As páginas escolhidas, são de jornais de grande número de seguidores e de resposta dos usuários. A mídia social Facebook conta ainda com a vantagem, como ferramenta de análise, de possuir dispositivos como os “likes” e “reações”⁴ às publicações e aos comentários, dos quais os que sofrem mais reações, o site configura que apareçam em destaque.

Foram escolhidas três reportagens. A primeira (Notícia A) relata violências praticadas por uma agressora (mulher) contra um menino, a segunda (Notícia B) relata uma violência que parte de um homem contra um menino e, a última (Reportagem C), é um artigo que faz uma análise do fenômeno “violência sexual contra meninos”. Buscamos, para as duas primeiras notícias, uma expressiva homogeneidade de casos – o papel social do agressor, a idade do violentado e a ocasião. Prezamos também pela atualidade das três publicações e proximidade temporal entre as duas primeiras – ambas datam do ano de 2017.

A última notícia, que data do fim de 2015, corrobora com a teorização dos capítulos anteriores, ao discorrer sobre como se manifesta a violência sexual contra meninos e os fenômenos culturais que o perpassam. A escolha do artigo foi feita para Análise de Enunciação dos comentários, isto é, o estudo das manifestações dos usuários do Facebook frente aos argumentos apresentados na reportagem. Essa técnica se mostrou ideal para a análise da

⁴ Dispositivo do Facebook que permite selecionar reações para as publicações, com o uso de onomatopeias e expressões, tais quais “like” ou “curtir”, “amei” “Haha”, “Uau”, “triste”, “Gr”.

Reportagem C, por dispor de aplicação em entrevista não diretivas, isto é, que não se baseiam em perguntas e respostas diretas sobre o objeto, mas na observância das reações de resposta frente a exposição da temática.

As duas primeiras notícias foram escolhidas com o fim de realizar uma Análise Temática do discurso da reportagem e dos comentários, comparando uma com a outra e trazendo exemplos dos comentários da Reportagem C, interpretados. Ou seja, verificar a diferença no conteúdo de uma notícia que relata uma violência sexual contra meninos partida de uma mulher, de uma notícia que relata tal violência praticada por um homem.

As mídias escolhidas, quais sejam: BBC Brasil, Jornal de Brasília e O Globo, foram escolhidos por terem um grande alcance de seguidores em suas páginas, por serem aqueles que continham as notícias procuradas para a investigação e com um expressivo número de comentários semanticamente compreensíveis para um relevante levantamento de dados categorizados.

CAPÍTULO 1

REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE CONCEITOS GERAIS

Para compreensão do fenômeno apresentado, neste capítulo será feita uma revisão e reflexão dos conceitos que perpassam a construção desse trabalho. A compreensão do que é mídia e sociedade – e sua mútua influência; a identidade do sujeito: gênero e infância e adolescência; e o fenômeno abordado: violência sexual.

1.1 MÍDIA E SOCIEDADE.

A teoria de Weber é de grande proveito para compreendermos como a ação de um indivíduo altera e é alterada pela sociabilidade. É por meio da *ação social* que definimos o conceito de sociedade. Compreender essa dinâmica nos permite responder como o menino é visto e ensinado na cultura em que se insere, como isso repercute na mídia e influência o combate a violência sexual contra meninos.

Em Weber, *ação social* é aquela que é executada, necessariamente, por causa da própria sociabilidade. Ou seja, uma ação que não tem relação causal com o meio social não é uma ação social (WEBER, 1922). Ações sociais são *subjetivamente visadas* para outros indivíduos, necessariamente. (WEBER, 1922). A violência, conceito bastante explorado pelo autor e objeto deste trabalho, é sempre uma ação social, por ser visada pela sociabilidade. Assim, “sociedade” pode ser colocada como um conjunto de ações dos indivíduos (WEBER, 1922).

Sociedade e indivíduo se confundem, porque não podemos definir sociedade sem contemplar a dimensão do indivíduo e não se pode entender o indivíduo sem considerar a sociedade NORBERT (1987). Assim como para Weber as ações sociais perpassam uma intencionalidade social, a análise do indivíduo tende a passar pela compreensão da influência social.

A sociedade pode ser entendida como uma configuração dada pelo conjunto de estruturas formado pelas relações interdependentes dos indivíduos. Ou seja, os sujeitos, ao se relacionarem, formam pequenas relações de dependência entre si que podemos chamar de “estruturas”, podendo elas ser grandes ou pequenas. São exemplos: a família, uma aldeia, um

segmento religioso, um grupo de dançarinos, etc. E a soma dessas estruturas forma uma configuração, a sociedade.

É formada por indivíduos que, por meio de interações mútuas e de suas estruturas, constroem opiniões. As ações individuais (onde estão compreendidos também os discursos) são constitutivas de opiniões na sociedade, tal qual as estruturas sociais o são. A sociedade então é construída dessas relações de influência mútua e do uso das estruturas sociais como meio não apenas de propagação de *discursos*, como de construção (NORBERT, 1987).

A mídia é um extrato da opinião pública (discursos sociais) e de sua construção (MCCOMBS, 2004) e (LIPMANN, 1922) apresentando e alimentando os ideais contidos nas estruturas da sociedade, tal qual a estrutura “família” – protagonista na discussão do trabalho. As palavras e abordagens midiáticas, ou mesmo a ausência de informações ou o destaque em certos temas, expressam as ideias referentes a sociedade, assim como a escassez de reflexão sobre determinados assuntos (BARDIN, 1977).

O termo “mídia” aqui adotado, é baseado no termo “mass media” utilizado pelos autores escolhidos: Lippmann e McCombs. Assim, “mídia” satisfatoriamente traduz e expressa o significado da abrangência de comunicação de televisão, rádio, internet, impresso, e etc (CHUN, 2016. Apud OXFORD, 2015).

É necessário partir do pressuposto de que a opinião dos sujeitos é moldada por vários fatores como o meio social, a cultura e a experiência de vida pessoal e que a mídia não é a única protagonista nesse enredo, mas que sua expressão é muito significativa (MCCOMBS, 2004). Assim, tal qual não visamos descortinar exaustivamente as mais variadas diferenças entre os indivíduos, ao se estudar a sociedade, não almejamos contemplar as nuances de comportamento e opinião ao nos debruçarmos na relação da opinião pública e da agenda midiática. Desse modo, o objetivo pertinente, de forma geral, é conhecer em que medida a opinião pública se assemelha a agenda midiática e como uma contribui na construção da outra.

Cabe destacar o conceito de “agenda” para entendimento da discussão. Lippmann, (1922), deu origem à Teoria do Agendamento, visando compreender como a escolha da mídia em abordar determinados assuntos repercute fortemente na forma como os assuntos serão abordados pela sociedade, mas principalmente sobre o que será colocado em discussão. Ou

seja, sua teoria mostrou que as escolhas de abordagem apontam para o que entrará na “agenda” da sociedade⁵.

Para uma pauta ir a mídia, ela precisa passar por alguns requisitos dados pelos veículos de comunicação; se essa pauta é uma demanda da sociedade – se ela é parte da opinião pública – se corresponde aos interesses da mídia transmiti-la – estratégico ou comercial – e afins (LIPPMANN, 1922). Os requisitos nos fazem entender essa dinâmica de influência social entre indivíduos e entre sociedade e mídia. De acordo com essa dinâmica, a mídia acaba apresentando um agendamento comum, onde existe uma visão predominante sobre os temas. Isto é, de forma satisfatória, podemos apreender se o abuso sexual contra meninos faz parte da agenda da grande mídia e de que forma ele é abordado.

Em sentido contrário, os consumidores de mídia podem não estar conscientizados de determinadas informações tanto por elas não estarem contempladas na mídia – até mesmo sendo *artificialmente censuradas* por causa dos interesses imbricados; a relativa falta de tempo disponível do sujeito para acessar esses conteúdos; a distorção na veiculação da informação – seja pelo breve tempo que dispõe para abordar o tema ou pela complexidade de expor um assunto dentro das limitações que o veículo de comunicação dispõe; e, especialmente, o temor de dissecar devidos temas que agredem a rotina dos sujeitos (MCCOMBS, 2004).

Jornalistas tendem afirmar que, o que é relatado nos meios de comunicação, nada menos é do que a transmissão de notícias dos decorrentes acontecimentos e que as notícias são um reflexo comum das demandas da sociedade. Definição que os teóricos reafirmam essa ao apontarem que, tanto agentes da mídia, como a população, compreendem assim essa relação MC COMBS (2004). Ao afirmá-lo, ignoram não apenas que exista qualquer *agendamento* midiático, como a impossibilidade dos meios de comunicação de fazerem um retrato fiel e completo de todas as demandas da sociedade dada a amplitude de subsídios, tempo e alcance que teriam de dispor para tal, como supracitado.

Dado esses interesses e obstáculos da mídia, fica expressa que ela pode contribuir para a construção de uma opinião pública incondizente com a realidade. Por outro lado, a sociabilidade dos indivíduos constitui a opinião pública sobre os fenômenos que constroem imagens muitas vezes equivocadas e que reforçam o interesse midiático (LIPPMANN, 1922).

⁵Sua pesquisa foi aplicada principalmente na investigação da influência da mídia em relação ao processo de eleição vigente. Segue sendo explorada, utilizada e desenvolvida pelos teóricos, especialmente da ciência da comunicação, até a atualidade (LIPPMANN, 19922).

De modo que, na relação opinião pública e agendamento midiático, é difícil delimitar quem é o primeiro influenciador – quem veio primeiro: o ovo ou a galinha?

Para se aprofundar no debate dessa relação de influência social e midiática, Lippmann (1922) teorizou sobre “o mundo exterior e as imagens em nossas cabeças”. Sua defesa era a de que existe uma dinâmica entre três pontos; “*a cena da ação*”, “*a imagem humana daquela cena*” e a “*reação humana àquela imagem*”. Assim, a exemplo hipotético, temos o acontecimento (*a cena da ação*): a violência sexual contra meninos acontece. O que as pessoas percebem ou o que a mídia mostra (*a imagem mental daquela cena*): não existem tais violências. E, por fim, a atitude da sociedade (*reação humana àquela imagem*): indiferença e falta de debate sobre a questão.

Assim, não importa que tentemos defender ou demonizar essa dinâmica – que em menor ou maior grau sempre estará presente. Os sujeitos não dispõem de onisciência para absorver conhecimento acerca de tudo o que é relevante à sociedade, quanto menos a sociedade em geral está disposta ao esforço de ampliar seu conhecimento ao máximo e de forma fiel. Por tudo isso, as pessoas acabam por reproduzir opiniões e comportamentos a partir das imagens em suas cabeças, ainda que baseadas em informações insuficientes e incondizentes com os fatos (LIPPMANN, 1922).

Por isso, ao analisar o agendamento da mídia de forma crítica, a intenção não é esperar que em algum ponto a sociedade tenha consciência plena sobre todos os fenômenos que nela se expressam. O que se pretende é contribuir para a redução dessas falhas de comunicação e formação de opinião, apontando alguma defasagem que necessita de atenção e consequente transformação, assim como apontar os possíveis motivos pelos quais essa defasagem acontece.

Afinal, a inclusão de uma pauta na agenda midiática – a violência sexual contra meninos, por exemplo –, o aumento de pesquisas e estudos na área, bem como a sua emergência na opinião pública, contribui positivamente para compreensão da seriedade do fenômeno e a urgência de seu enfrentamento. E o que possibilita essa transformação é, primordialmente, o entendimento do que leva a temática a ser pouco retratada ou a ser abordada de forma equivocada.

1.2 O GÊNERO MASCULINO E A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Compreendida a relação causal entre opinião pública e mídia, refletimos acerca do conceito de “gênero” e “infância e adolescência” e sobre como se dá a percepção e o tratamento social sobre esses grupos, observando o fenômeno da construção do “virar homem” e da construção da infância e dos direitos que a cercam.

a) Do gênero à construção do “virar homem”

Quando se fala em “gênero”, costumeiramente é contra intuitivo relacionar a palavra a dimensão masculina, pois se tornou recorrente na literatura referenciá-la para discorrer sobre a “mulher” (SCOTT, 1986). No entanto, o sentido de gênero é bem mais amplo. A feminista, Nathalie Davis, ao discorrer sobre essa redução do termo, questiona a maneira como ele é abordado:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (DAVIS, 1976, p. 90)

Essa negligência em estudos de gênero em abarcar a dimensão do “masculino” se expressa de variadas formas: Desde o reduzido número de congressos que tratem da sexualidade masculina ou de políticas públicas voltadas para questões do homem, como do baixo esforço acadêmico em investigar e provocar a sociedade a compreender o que é o fenômeno “tornar-se homem”⁶. É como se houvesse um acordo subentendido de que este processo acontece sem necessidade de intervenção teórica ou atenção investigativa, diferente do processo de formação da “feminilidade” (CECARELLI, 2013).

Entretanto, tal qual as mulheres constroem sua identidade sob influência cultural, social e biológica, da mesma forma os homens o fazem. E compreender o que é o “tornar-se homem” pode ajudar na investigação sobre expressões comportamentais e identitárias predominantes sobre esse gênero (CECARELLI, 2013).

Para discussão do conceito de gênero, podemos observar como os primeiros estudos sobre o que vinha a ser “homem” e “mulher”, foram se modificando ao longo da história até a

⁶ Referência à frase de Simone de Beauvoir, 1967 : “não se nasce mulher, torna-se uma”.

construção do termo “gênero”. Ainda o uso (hoje antiquado) da “sexualidade” como definição para tal, só começou a ser usado no século XIX (FOUCAULT, 1988). Antes disso, havia o conceito “monismo” – uma forma de ver os elementos como um só. A vagina, referente ao “feminino”, era vista como um pênis incompleto. Assim, a mulher era uma espécie de homem invertido e incompleto, enquanto o corpo masculino era como um modelo de perfeição (LAQUER, 1992).

Hoje nos estudos de gênero encontramos diversas abordagens. Joan Scott, por exemplo, suprime a dimensão da abstração do indivíduo, deixando-o ser definido apenas pelo meio social quando diz que “O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1986, p. 7) e que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1986, p. 21). Ou seja, é o que se expressa nos sujeitos resultante das ações sociais decorrentes. Dessa forma, um recorte de gênero não poderia ser feito de maneira global. Não podemos nos referir às impressões sobre o “homem” e as atribuições que lhe são imputadas socialmente, como se elas fossem comuns a todos os contextos (GATENS, 1996).

Ser homem – nascer, desenvolver-se, interagir, fazer escolhas, assumir-se e assumir a vida – não é um processo linear; envolve crenças e valores, classe social, espaço e tempo, regra e normas, participação dos diferentes grupos existentes, dentre outras. O que é esperado de um homem – em 2014 – na periferia de São Paulo, em um baile funk no Rio de Janeiro, no sertão nordestino, no pelourinho na Bahia, ou na Academia Brasileira de Letras, certamente possui suas nuances significativas (CARVALHO, 2015, p44).

Judith Butler (1990) traz a discussão sobre o fim do binarismo entre os gêneros. A defesa de que o gênero não deve ser estudado dividindo-o entre “feminino” e “masculino”, como se um fosse o oposto do outro. Ela se opõe a essa construção lógica da qual responsabiliza por fazer com que os sujeitos sejam ensinados desde cedo a serem aquilo que corresponderia ao seu “sexo”. Sua crítica a esse comportamento pedagógico dado as crianças, inclui a oposição a uma lógica heteronormativa de incutir ao menino o desejo pela mulher e vice e versa (BUTLER, 1990).

Já os estudos do psicólogo social Richard A. Lippa⁷ viriam a encontro da compreensão de que o gênero é também uma estrutura que tem traços comuns presentes em diferentes contextos. Lippa explica que os gêneros feminino e masculino contêm diferenças inatas e que a valoração que é dada as características de cada um, essa sim, provém da socialização. De modo que, algumas características de gênero dependem da sociedade em que está inserido, enquanto outras não (LIPPA, 2002).

Entre os teóricos não há consenso sobre a medida em que fatores biológicos e fatores sociais determinam a construção do gênero dos sujeitos. É comum, inclusive, que se refira a gênero como o sexo biológico do indivíduo e a partir desse ponto se discorra sobre diferenças biológicas e natas de homens e mulheres. Esse uso da palavra dissocia o sentido original inserido nela historicamente, é um uso equivocado (SCOTT, 1986). Partindo do conceito de gênero de Scott e, considerando que as mais diferentes correntes teóricas reconhecem o papel da socialização na construção do gênero, discorreremos sobre a conceituação do o que é o “tornar-se homem”.

Por causa da relação de dominação dada pelo homem sob a mulher, há muita resistência da parte dos teóricos de gênero que partem da teoria social crítica⁸, de estudar a construção do gênero masculino colocando-o também como vítima do machismo vigente (SILVA, 2015). No entanto, os próprios meninos estão subjugados aos abusos contidos na dominação masculina.

A masculinidade, entendida dentro do conceito de gênero e suas problematizações, demanda dos homens “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas” reforçadas por sua cultura. Um acoplado de regras arbitrárias sobre esses aspectos é colocado em seus ombros e, o cumprimento ou descumprimento destas, virá a determinar quem pode ser chamado “homem” (GOMES; NASCIMENTO & REBELLO, 2008). Para apresentar todos esses padrões, os meninos necessitam de inúmeros meios dos quais é impossível que disponham sempre. A busca por esses meios, na verdade, é comumente danosa aos sujeitos.

Um dos ideais da masculinidade é a figura do homem que alcança uma posição financeira avantajada e imbrica, no imaginário social, poder, sucesso e força a partir desse status. A tentativa de alcançar essa posição normalmente prejudica não apenas ao sujeito pela

⁷ Professor de psicologia da California State University, Fullerton.

⁸ Tradição de teoria e investigação marxista. NETTO, 1999.

exaustão e consequentes danos a saúde, mas especialmente a suas famílias (GOMES; NASCIMENTO & REBELLO, 2008) e (CARVALHO, 2015).

Para reafirmar sua força, dentro da lógica de reprodução da dominação, a violência entra como caráter masculino, construindo nos meninos até mesmo a idealização do “brigão”. Essa construção que visa a manutenção do poder masculino na sociedade, se expressa por meio dos estímulos a esportes competitivos, a ligação moral do homem com prestação de serviço para a guerra. Pode apresentar violências físicas, domésticas e sexuais justificadas pela posição de poder (GOMES; NASCIMENTO & REBELLO, 2008) e (CARVALHO, 2015).

Também por causa dessa dominação, um dos aspectos mais fortes da sua aprendizagem de “ser homem” está no interesse pelo sexo feminino. O homossexual seria, então, o oposto ao ideal masculino que os meninos deveriam buscar. O modo de agir do homossexual, a partir dessa visão generalizada, seria “efeminada”, ligada ao feminino e distante da masculinidade (GOMES; NASCIMENTO & REBELLO, 2008).

E, nesse sentido, todos esses meios nos quais os homens deveriam expressar sua masculinidade, precisam passar pela constante reafirmação de que são de caráter masculino e jamais efeminados (SILVA, 2015). Assim, o mostrar-se vulnerável, no papel de subjugado (vitima), a demonstração dos sentimentos e o chorar, fogem a masculinidade almejada e devem ser evitados (CARVALHO, 2015) e (PRADO, 2016). O menino deve ser “forte” e “engolir o choro”.

Outro conceito muito forte nessa construção é a virilidade. Além de se afirmar constantemente como heterossexual, o sujeito que está incumbido de cumprir as expectativas de “masculinidade” é cobrado pelo comprimento do falo, pela potência sexual e a valorização que dá ao coito, isto é, o gosto, desejo e disposição ininterrupta por sexo (CARVALHO, 2015). O homem seria, então, um “predador sexual” a quem as relações de cunho sexual heterossexual são sempre bem-vindas (PRADO, 2016).

A construção arbitrária do que esse “homem” deve vir a ser, está intimamente ligada com a dominação masculina que descortinamos em Bourdieu (1998). O androcentrismo, isto é o lugar do homem como centro da sociedade desde a construção de sentido gramatical até a representação figurativa da humanidade, parece configurar aos sujeitos do gênero masculino um poder dado que dispensa justificação. Salientamos, neste ponto, como a falta de debate sobre a construção da masculinidade, pelos teóricos, apontada por Cecarelli (2013), remonta

essa lógica de passividade do processo como dado e, por sua vez, engessa a problematização e transformação da questão.

A dominação masculina e o papel social dos sexos são justificados, naturalizados e expressos pelas diferenças biológicas dos sexos, onde o falo é reafirmado como instrumento de poder (BOURDIEU, 1998). A virilidade está inscrita nessa lógica, empregando ao falo e sua proeminência, assim como a força física, ao poder e “honra” do sujeito (BOURDIEU, 1998).

A demonstração dessa virilidade por meio do falo acontece na prova da potência sexual – em que a rigidez do pênis se opõe ao aspecto mole do órgão sexual feminino ou do órgão do homem em momento de impotência; na defloração e preenchimento dos vazios do outro corpo e o derramar dos espermatozoides, assim como na larga prole (BOURDIEU, 1998).

A abertura do corpo feminino, associado ao “fechado”, assim como a presença do sangue no rompimento sexual, é atributo positivado para afirmativa da virilidade. A figura feminina é ligada a discrição quanto a sexualidade e ao próprio corpo, também é colocada em oposição ao masculino, que é externo em sua fisiologia e lhe é imputado a abertura quanto a sexualidade (BOURDIEU, 1998).

b) Infância e adolescência

A visão social sobre a criança e o adolescente sofreu mudanças no decorrer da história e vem se transformando até hoje BRASIL (1998). A forma como infância e adolescência é vista atualmente, é fruto do desenvolvimento da ciência, das mudanças na dinâmica econômica e social, do curso das ideias e seus novos formadores, da transformação da cultura e inclusive da emergência da mídia como agente influenciador da sociedade.

Se hoje há um tratamento especial aos sujeitos no curso infância, de acordo com o entendimento de que eles pertencem a uma fase especial da vida, nem sempre foi assim (BUJES, 2001). Até o século XII, por exemplo, a mortalidade infantil era muito alta por causa da falta de boas condições sanitárias, o que motivava também a forma como as crianças eram tratadas pela família e pela sociedade.

[...] um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso,

pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES, 1973, p.10).

Até o século XII, as crianças eram apresentadas por meio das artes plásticas de maneira muito rudimentar; quase não eram representadas e, até o final do século XVIII, apareciam como a figura de um pequeno adulto. Era como se elas não tivessem uma identidade até que começassem a conseguir realizar atividades como a dos adultos (ÁRIES, 1973).

A criança passou a ter um tratamento especial só a partir do intervalo do século XV ao XVII, quando começou a frequentar a escola. Assim, a família começou a acompanhar seu desenvolvimento de aprendizagem e inclusive a se organizarem em torno dela para garantir e contribuir para essa etapa (ÁRIES, 1973).

De acordo com um estudo em educação infantil de 2010

As palavras afeto, ternura e amor apresentaram a maior frequência na ordem das evocações das palavras escritas para o conceito de criança, ou seja, foram elencadas por 21 das educadoras entrevistadas, totalizando 39,6% das respostas (ANDRADE, 2010. Pág. 71).

No entanto, o próprio autor afirma que se iniciou uma nova forma de compreender a infância, onde não mais é imputada tanta ingenuidade e doçura, mas se constrói uma criança recheada de personalidade, independência e força (ANDRADE, 2010). Isso pode vir tanto como um desafio para a superação das imposições arbitrárias e machistas para os meninos, fazendo com que essa cobrança e imposição por independência agrave as exigências a eles colocadas, como também pode vir como uma forma de, dada essa independência e reconhecimento da sua personalidade, aliviar a pressão a ele dada como “dever o ser”: dever “tornar-se homem”.

A adolescência, por outro lado, até o começo do século XX tinha pouca consistência compreensiva (OUVRÝ, 2017 Apud. OUVRY; MARTY; BOURQUIN, 1996), aparecendo, por exemplo, de forma subentendida dentre os debates da infância e vida adulta em estudos de teóricos como Freud e Lacan – que discutiram exaustivamente sobre sexualidade – (OUVRÝ, 2017). O adolescente (púbere), está inserido nesse intervalo entre infância e juventude e hoje a contemplação sobre o seu desvelar parece incontornável (OUVRÝ, 2017).

Ainda assim, retomando a lógica da construção de sentido sobre as estruturas “infância” e “adolescência”, a maneira como esses sujeitos são vistos e tratados não é igual em todos os contextos, tal qual os sujeitos a partir da estrutura “gênero”. Percebem-se diferenças significativas a depender da classe social, do grupo ou da comunidade a que uma família faz parte (BRASIL, 1998). As crianças brasileiras, de forma geral, “enfrentam um cotidiano

bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos” (BRASIL, 1998, p 21)

Importa considerar que a família, biológica ou não, é referência fundamental para a criança primordialmente, tal qual outras instituições ou estruturas sociais que participa. Sua dinâmica e interação influi na constituição da criança como pessoa e no seu consequente comportamento durante esse processo (BRASIL, 1998). A criança, por observação e convívio, toma as pessoas de seu meio para compreender o mundo em que se inserem. Por meio da brincadeira e das mais diferentes formas de linguagem, elas expressam o que tem vivido, aprendido e quais são suas vontades.

Hoje, no Brasil, a integridade da criança e adolescente é legalmente respaldada. O combate a violência sexual é encontrado no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e na Constituição Federal, em seu art. 227. Eles determinam que é dever da família, da comunidade, da sociedade como um todo e do poder público; assegurar à infância e à juventude, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, bem como, de colocá-los a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998).

1.3 VIOLÊNCIA.

Não se conhece nenhuma sociedade ou período histórico em que não houve a presença de violência. Sociedades e contextos distintos apresentaram níveis e configurações diferentes de violência – evidencia do peso da cultura na forma de solução de conflitos (MINAYO, 2009). Tal evidencia traz duas implicações importantes sobre a violência. A primeira é que, as formas de violência presentes em uma sociedade são um produto cultural, tal qual a forma de enfrentamento que se dá a essas violências. A segunda é que, consequentemente, o conhecimento do que é a violência e quais são suas causas, permite a sociedade a transformação de um dado quadro de violência (MINAYO, 2009).

A violência é um conceito abrangente que tem várias formas de manifestação e sua é amplamente instigante no curso da história e das mais variadas ciências.

Podemos localizar formulações sobre a violência em diversos textos que vão da literatura à filosofia, da política à história. Nas produções científicas, o fenômeno da violência tem sido tema de vários estudos e reflexões e é objeto de preocupação de entidades governamentais e não governamentais, não só no Brasil como no mundo todo, por ser considerada um dos grandes males da sociedade contemporânea. (PRADO, 2016, p. 14).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência ocorre quando alguém impõe dor e sofrimento expressivo seja a si próprio, a outro indivíduo ou a um grupo (DALHBERG& KRUG, 2002). A violência pode ser compreendida em: criminal, interpessoal, intrafamiliar, estrutural, institucional, auto infringida e cultural – que envolve, entre outros, violência de gênero. E pode se expressar de várias formas como: violência sexual, física, psicológica e as que envolvem negligência ou abandono (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

Dentro das delimitações, pontuamos melhor algumas delas por sua relevância no tema abordado neste trabalho, quais sejam: a violência cultural, a violência de gênero, a violência doméstica, a violência sexual e a violência sexual contra crianças e adolescentes – respectivamente.

A violência cultural é a que resulta de uma soma de valores, crenças e práticas dentro da cultura de uma sociedade. Toda sociedade tem um conjunto de comportamentos que são vistos como corretos e outros que não são bem aceitos. Os sujeitos, ao praticarem o primeiro tipo de ação, tendem a ser aceitos ou mesmo incentivados e, ao praticarem o segundo tipo, ficam sujeitos a serem rechaçados e mal vistos (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

É um tipo de violência vista como uma ação legítima ou natural dentro de uma cultura, de modo a não constranger os atores dessas ações e terminar por perpetua-las. Para que a violência tenha chegado a esses status positivo, é comum que primeiramente venha na forma de uma ideia suportada pelo discurso da opinião pública.

Se apresenta como discriminação ou preconceito até que acaba se perpetuando como uma verdade dada. Em seguida ela acaba prejudicando, oprimindo ou mesmo eliminando sujeitos – grupos vulneráveis como crianças e adolescentes (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

A violência de gênero, em Saffioti (1997) subjuga tanto mulheres quanto homens, sejam crianças ou adolescentes, muito embora a literatura costume se referir apenas a violência contra a mulher, dado o fato dos homens serem maioria como agressores. A violência de gênero

se configura como uma forma de violência cultural, visto que se naturaliza pela dinâmica social de construção de sentido sobre os gêneros.

A natureza das relações entre os gêneros, se inserem no cenário das relações de poder da família e do lar, onde encontramos as expressões da violência doméstica (ou intrafamiliar). A história das relações violentas circunscreve insistentemente esse espaço (SAFIOTTI, 1997). A violência sexual doméstica envolve a imposição libidinosa entre sujeitos da mesma família, tendo parentesco sanguíneo (incesto) ou não (ALMEIDA et al. 2009).

A violência sexual ocorre em relações tanto hétero ou homossexuais, visa estimular sexualmente a vítima ou aproveitar-se dela de maneira impositiva para obtenção de prazer sexual por práticas eróticas, pornográficas ou sexuais usando de aliciamento, violência física ou ameaça (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

Embora o corpo humano disponha de várias partes erógenas, a sexualidade não se dá apenas pela estimulação desses pontos ou pela lógica reprodutiva, mas é mais complexa. Ela se manifesta por meio das relações sociais, da comunicação e da cultura (CARVALHO, 2015). É por isso que falar em “violência sexual” abrange muito mais do que “estupro” e sim das relações de poder expressas seja pelo toque, pela fala ou pela exploração. “A interface da sexualidade com a violência revela a imposição da vontade (poder e força) de um em detrimento da vontade de outro” (CARVALHO, 2015; pg. 16).

Na cartilha publicada pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) em 2002, o abuso sexual infantil é entendido por: voyeurismo⁹; manipulação do órgão genital, mama, ânus; exibicionismo¹⁰; exposição a qualquer forma de pornografia; a exploração sexual; por meio da comunicação e o próprio ato sexual (FILHO, 2002).

Dentro da violência sexual se expressa a violência sexual à crianças e adolescentes que é alvo da atenção de diversos estudos de forma especial por expressar uma relação de poder entre violentador e vítima agrava de modo especial pela discrepância diferença de representação social dentre violentado e agressor. Ainda assim, a temática é vista como uma questão de fórum íntimo e repulsiva onde não apenas as vítimas se reservam de oferecer dados de pesquisa, como

⁹Desordem sexual que consiste na observação de uma pessoa em situações íntimas sem que a mesma saiba que está sendo observada.

¹⁰Impulso considerado anormal, definido pela exibição do corpo nu e/ou das partes sexuais.

muitas vezes os próprios pesquisadores evitam a aproximação com o tema ou seu aprofundamento, o que configura uma problemática para sua melhor compreensão, quanto mais no caso dos meninos (CARVALHO, 2015) como veremos mais à frente.

Essa violência foi recorrente em diversos países e em todo o curso da história até os dias de hoje. Na conjuntura brasileira, a violência sexual em crianças é encontrada em todas as camadas sociais, e está presente em todas diferentes expressões culturais (BAPTISTA et al., 2008). A cultura, os valores, crenças e padrões da sociedade influenciam no entendimento e, conseqüentemente, no enfrentamento do abuso sexual infantil (BAPTISTA et al., 2008). É por isso que a dimensão da influência da sociedade sobre o indivíduo é estudada aqui.

Cabe enfatizar, no entanto, que a história da sexualidade e da violência e a graduação de interpretação social nos servem para o entendimento e questionamento das problemáticas na imposição cultural sobre a dinâmica da sexualidade (CARVALHO, 2015). A relativização da violência sexual a partir de tais estudos é uma irresponsabilidade dada pelos movimentos pró-pedofilia em prol da legalidade civil e social da prática (CARVALHO, 2015).

Faleiros (2000) entende a violência sexual contra crianças e adolescentes como aquela que envolve tanto as situações de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, sem caráter comercial, como aquelas situações de exploração sexual, nas quais a dimensão mercantil está nitidamente presente. No abuso sexual, crianças e adolescentes podem ser “usados” para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode se apresentar por meio de, desde as mais diversas carícias – manipulação de genitália, mamas, ânus –, até a prática do sexo em si.

Ao estudar o comportamento de pedófilos, Santos (2011), demonstra que esses sujeitos explicam o ato com desculpas ou racionalizam seu comportamento dizendo que ela foi “sexualmente provocante” ou que sua ação teve “valor educativo” para a criança e também que ela obteve “prazer sexual”. O mais comum é que esses agressores sejam pessoas do círculo de confiança da criança (CARVALHO, 2015).

Alguns indivíduos com pedofilia elaboraram técnicas complexas para ter acesso às crianças que desejam como ganhar a confiança da mãe da criança desejada e casar-se com ela, adotar crianças, raptar ou fazer tráfico interno com outros pedófilos (SANTOS, 2011). Como podem também buscar a confiança e afeto de crianças do seu ciclo, atendendo às suas necessidades e ganhando sua lealdade afim de evitar que elas o denunciem (SANTOS, 2011).

É importante lembrar, no entanto, que nem sempre a ocorrência de violência sexual infantil caracteriza o agressor como pedófilo, visto que se trata de uma patologia. E os fenômenos circunscritos nessa relação violenta entre adulto e criança pode ter pressupostos mais complexos, remetidos a questões culturais e construção sexual da sexualidade (SANTOS, 2011).

As crianças tendem a silenciar-se sobre a violência sexual sofrida, especialmente quando o abusador é alguém por quem elas tem uma relação de afeto. Não só porque o abusador pode ameaça-las, intimidá-las, ou dizer “este é nosso segredinho”, mas também porque têm medo de que o agressor seja de fato penalizado e afastado da criança (SANTOS, 2011).

Estudos mostram que, recorrentemente, crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, sofrem também outras violências da física à psicológica. Elas acabam sentindo culpa e passar a ter baixa autoestima. Podem mostrar problemas de crescimento, de desenvolvimento físico e emocional; e ficam mais vulneráveis a ideias ou tentativas de suicídio. Muitas abandonam suas casas quando os abusadores são pais ou padrastos e passam a viver nas ruas, ficando expostas a agressões. Grande parte delas acaba sofrendo de doenças psicossomáticas e sexualmente transmissíveis (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

CAPÍTULO 2

AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Entendendo os fenômenos que perpassam a violência sexual contra meninos e a forma como ela pode ser observada através da mídia, nos cabe responder ainda; Como se dá a violência sexual contra meninos? Como essa violência se expressa no Brasil? Como o serviço social atua nessa área? O que progrediu no combate a essa violência e o que ainda pode melhorar? Para tal, neste capítulo, dividido em duas subseções, analisaremos a “Violência Sexual Contra Meninos” e “Serviço Social e a Atuação Legal”.

1.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS

A violência sexual contra meninas é esperada, mas a violência sexual contra meninos tende a ser banalizada e desacreditada (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Podemos apontar alguns motivos do porque isso ocorre. O excedente número de denúncias e encaminhamentos feitos de casos de violências sexual contra meninas, em comparação com o escasso número apresentado nos casos masculinos (PRADO, 2016), pode ser uma explicação do porque a atenção dada pela sociedade e pela mídia ao segundo grupo é tão arrazoada e consequentemente, um fenômeno não compreendido (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009).

Esses apontamentos, no entanto, como coloca Prado (2016) não significam que a violência sexual contra meninos seja inexistente e não mereça atenção especial dos profissionais, instituições e sociedade. Mesmo porque, ele se configura de forma diferente e, consequentemente, demanda estratégias diferentes de enfrentamento.

De modo geral, os estudos apontam que a ocorrência de violência sexual contra meninas é de maior incidência do que em meninos (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Essas diferenças também variam pelo que os autores e pesquisadores delimitam como abuso sexual – sendo para alguns, por exemplo, apenas o contato físico e outros as interações sem contato – ou pela idade de recorte e afins.

Embora a incidência de casos de violência sexual contra meninas seja sempre superior nas pesquisas, em pesquisas feitas para coleta de dados epidemiológicos em conselhos tutelares,

ambulatórios, hospitais, centros de referência e afins – onde eram atendidas vítimas de violência sexual – se comparada a pesquisas que não eram feitas por meio de locais de atendimento a essas vítimas, encontrou-se uma expressiva diferença nas ocorrências de violência contra meninas e meninos (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). No segundo tipo de estudo, a incidência de ambos os casos praticamente se equipara, “sendo 59,3% feminino e 40,7% masculino” e os dados epidemiológicos tendem a variar dentre 8% e 40% (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012; pg. 397).

Santos (2011), aponta, por meio de pesquisas em pastas especiais na Vara da Infância do DF, que no segundo semestre de 2007, de 47 denúncias de violência sexual, 41 eram de meninas e apenas 6 eram de meninos. Ferriani, Garbi e Ribeiro (2000. Apud. HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012), por meio de uma pesquisa em um abrigo em Ribeirão Preto (São Paulo), mostraram que de 8 crianças que sofreram abuso, 2 eram meninos. Os dados coletados por meio de instituições que atendem vítimas de violência sexual chegam a variar de 8,5% a 36,8% de incidência da violência em meninos.

A combinação dos dados corrobora para o estudo de Almeida, Penso e Costa (2009), apontando que a violência sexual contra meninos é menos denunciada ou notificada e pode, consequentemente, cunhada de invisibilidade, receber menos atenção dos serviços públicos. Essa diferença entre número de ocorrências e da efetuação de encaminhamentos, se mantém em quaisquer classes sociais e se apresenta em estudos nos mais diferentes países do globo (CARVALHO, 2015).

A disparidade supracitada entre os dados coletados por meio de conhecimento informal de casos de violência sexual masculina frente aos estudos coletados por meio de denúncias e encaminhamentos, expressa como os aspectos culturais levam ao silenciamento dos meninos sobre a violência sofrida (CARVALHO, 2015). Por causa dessa diferença, também não podemos dispor de solidez na base de pesquisas sobre os reais índices de violência sexual contra meninos, podendo os índices de violência contra meninos ser, inclusive, mais elevados do que as pesquisas puderam apontar (CARVALHO, 2015).

Como aponta Labadessa e Onofre (2010) sobre o abuso sexual infantil de forma geral, um dos principais problemas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é o preconceito e a falta de credibilidade que se dá à palavra da criança. Então, cabe analisarmos que nuances se apresentam no fenômeno da violência sexual masculina que agravam o silenciamento e a falta de denúncias.

A comum interpretação de que o homem é um predador sexual é um desses motivos. Acaba por trazer a ideia de que o menino não ficará traumatizado, em qualquer relação de cunho sexual que tenha com uma mulher, por ser um “predador” que sempre anseia por esse contato. (PRADO, 2006). É recorrente, especialmente na violência sexual heterossexual, que o menino interprete a violência como uma iniciação sexual. Essa interpretação muitas vezes é corroborada pela afirmativa da família, de modo que, não entendendo a violência como tal, não se efetua denúncia (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012).

Há outra interpretação acerca da violência sexual infantil que também é bastante problemática, expressa especialmente quando o agressor é homem. O menino tende a ficar com medo de falar sobre o ocorrido e ser taxado como “homossexual”, fica confuso quanto a sua sexualidade, temeroso de que “venha a se tornar” ou de se “descobrir um homossexual” (FILHO, 2007) (CARVALHO, 2015).

Quando o agressor é do sexo feminino, esse preconceito também é um recurso interpretativo. O menino tem medo de denunciar ou externalizar sua recusa e oposição a relação sexuada “proposta” e ser taxado de homossexual por não cumprir o pré-requisito da masculinidade heteronormativa de sempre ansiar e estar preparado para as relações de cunho sexual (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Esse fenômeno é apontado por Filho (2007) como a principal diferença entre os abusos sexuais masculinos e femininos. Embora a ocorrência da violência sexual homossexual não se possa definir a sexualidade dos sujeitos, nem da vítima, nem do agressor (FILHO, 2007).

Como forma de recorrer a uma nova visão interpretativa, o menino se dedica a reafirmar como é másculo frente aos demais, especialmente assumindo posturas caricatas da masculinidade tal qual expressar comportamentos agressivos e hostis, sendo destrutivos e desobedientes e a procurar zelar por uma imagem de “sedutor” frente as meninas (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009) e (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Os homens normalmente demonstram mais reações externas ao trauma do que as mulheres (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012).

Essa confusão e medo podem ser agravados pela reação da família e meio social (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Uma das maiores preocupações das mães é com sua orientação sexual (FILHO, 2007). A mãe tende a esconder da família e da vizinhança por medo do que será dito e os pais tomam uma postura de negação, num acordo subentendido de não falar do assunto (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009).

Dos motivadores do silêncio sobre a violência sofrida e do descrédito que os meninos recebem, podemos apontar a reprovação dada quando ele se mostra, de alguma forma, vulnerável (PRADO, 2016). A fraqueza é vista como uma aproximação do feminino que deve ser evitada e os pedidos de ajuda são entendidos como uma demonstração de fragilidade (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009). O menino, então, tem vergonha de relatar o acontecido e estar no papel de “vítima e violentado”. Tem medo das reações dos familiares ao descumprir os requisitos de masculinidade, em especial o de ser “predador sexual” (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012).

De modo geral, a literatura que trata do fenômeno do abuso sexual infantil fala pouco as consequências e traumas da violência sexual dada a diferença de gênero da vítima (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009). A carência desses estudos que servem para o aprofundamento e entendimento da questão é agravada no caso das vítimas masculinas por causa da falta de estudos generalizada sobre o homem (PRADO, 2016).

Ao observar as expressões da questão dos traumas e consequências, salientamos que os estudos apontam os comportamentos e características mais expressivas dos sujeitos violentados, mas a identificação dessas expressões isoladamente não é suficientes para identificar a ocorrência de violência.

Podemos apontar como consequências na vida das vítimas de violência sexual contra meninos, encontrada nos estudos: a confusão generalizada de identidade em uma busca inapropriada pela afirmativa de masculinidade, onde o sujeito futuramente se torna também abusador, os problemas sexuais generalizados, comportamentos insistentemente sexualizados, dificuldade de controlar sentimentos sexuais, dentre outros (PRADO, 2016).

Se apresenta também, nesses casos, uma maior incidência de sequelas como depressão, ansiedade, distúrbios alimentares como bulimia, dificuldade de interessoalidade, transtorno obsessivo compulsivo, quadros de paranoia e psicose, dissociação, estigmatização, vergonha, ganho de peso, medos específicos, quadros de estresse pós traumático, baixo autoestima; alterações cognitivas, comportamentais e emocionais como choros frequentes, dificuldade de aprendizagem, aumento na incidência de suicídio, assim como tentativas de fuga de casa e abandono, abuso de drogas e de comportamentos desviantes, dentre outros (PRADO, 2016), (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012) e (FILHO, 2007). Sendo a agressão e a hipersexualidade as expressões mais comuns em caso de violência intrafamiliar (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012).

Ainda que os sujeitos inseridos no meio social do menino, especialmente a família, possam apresentar comportamentos negativos no sentido do enfrentamento, superação e denúncia da violência, eles também sofrem danos decorrentes da violência e apresentam limitações expressivas em saber como reagir ao acontecido. Demonstram medo de que o menino se torne um violentador ou que desenvolva problemas em sua sexualidade, tem dificuldades de estabelecer limites para os filhos, tal como acabam apresentando os mesmos sintomas dos filhos; o choro, a depressão, o pânico e a raiva (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Muitas vezes, inclusive, essa ansiedade e desgaste expressos na família nessas situações desencorajam a realização da denúncia e recorrência às instâncias legais, como uma forma de evitar a revitimização¹¹.

Os homens são os maiores reincidentes como agressores, o número de mulheres que praticam tais violências é muito inferior (CARVALHO, 2015) e dificilmente uma mulher é identificada como pedófila (SANTOS, 2011). De tal forma que para Sebold (1987 Apud PRADO, 2016) e Carvalho (2015), a crescente preocupação com a conscientização, compreensão e tratamento dos casos de violência contra meninos pode contribuir para a redução de casos de abusos sexual contra meninas, já que os agressores muitas vezes foram anteriormente as vítimas— o que não significa que todo sujeito que sofreu abuso será um abusador. Havendo inclusive, como apontam Almeida, Penso e Costa (2009) casos de famílias reincidentes em violência sexual, nas quais os abusos intrafamiliares se perpetuam geração pós geração (CARVALHO, 2015).

A reincidência de violências por preferência pelo sexo masculino, em indivíduos diagnosticados como pedofilia, é praticamente o dobro da que encontramos em relação ao sexo feminino (SANTOS, 2011). Geralmente eles expressam preferências também por determinada faixa etária e alguns se excitam por ambos os sexos (SANTOS, 2011).

Agravado pelo medo do abusador diante de suas ameaças, pelo receio do descrédito da família ou de quebrar a dinâmica das relações por causa do papel proeminente o agressor, as questões culturais no entendimento da violência sexual contra meninos fazem com que eles muitas vezes se conformem com a violência e posterguem a sua revelação (SANTOS, 2011). Para que a criança se sinta à vontade de quebrar o silêncio, é imprescindível que haja alguém

¹¹ Revitimização é uma forma de reviver o trauma e refere-se, especialmente, às situações de interrogatório e processo de denúncia em que o violentado é remetido a lembrar e falar de novo sobre a violência. (FELIX, 2011).

de confiança. Por isso, o apoio da família e a comunidade são muito importantes (CARVALHO, 2015).

2.2 PROTEÇÃO LEGAL E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social ¹² é uma profissão que tem como objeto a questão social¹³ e, como princípio, a liberdade do ser social – caráter necessário para emancipação humana, possível em uma nova ordem societária onde há socialização da economia, da política e da cultura. Seu embasamento no materialismo histórico dialético está expresso em suas dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Em sua atuação em variadas frentes da sociedade, ligada sempre a garantia de direitos, o profissional lida diariamente com a questão da violência sexual contra crianças nos diversos espaços em que se insere. O entendimento das dimensões de atuação do serviço social, auxilia em nos mostrar de que forma a profissão está estratégica e intimamente ligada com o combate a violência sexual contra meninos.

O compromisso primário do Serviço Social é a garantia de direitos e acesso aos serviços e benefícios, assim como com a sua melhoria e ampliação. O código de ética da profissão, promulgado em 1993 com a Lei 8.662/93 (e atualizado na Lei 12.317/10), expressa esses deveres desde seus Princípios Fundamentais.

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;”

O Serviço Social se insere especialmente no serviço público – seja executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas, organizações não governamentais e na assessoria e organização de movimentos sociais (IAMAMOTO, 2009). Dessa forma, o

¹²O Serviço Social nasce da emergência do capital e, a datar de meados da década de 1970, no Brasil, começa o seu período de reconceituação que, em 1993, se concretiza por meio da aprovação do código de ética. Agora sua base teórica-metodológica é o materialismo crítico-dialético (marxista), se apoiando consistentemente na busca pelo cientificismo e profissionalização (NETTO, 1999).

¹³Emerge da ascensão do capitalismo e é compreendida pelas expressões de opressão contida nas desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2009).

profissional de serviço social pode atuar como formulador, gerindo, supervisionando ou implantando políticas públicas na educação, na saúde, na assistência social, na previdência, entre outros (IAMAMOTO, 2009). Realizando também assessoria, consultoria, estudos e pesquisas. Além de se envolver com o magistério (IAMAMOTO, 2009).

A dimensão teórico-metodológica dá o embasamento científico para a atuação. A partir delas e compreende a sociabilidade e as demandas imbricadas. É nela que se encontra subsídios para fugir a arbitrariedade da atuação e se pode produzir conteúdo acadêmico e relevante para as demandas emergentes. A dimensão ético-política coloca a intervenção profissional dentro de uma valoração específica que tem por finalidade dar sentido ético a ações que visam consequências positivadas. Desta, não apenas se encontra a responsabilidade no agir profissional, mas o dever da não negligência e do engajamento. Por último, a dimensão técnico-operativa é o planejamento concreto de ações visadas que perpassam a questão ética e metodológica da profissão.

Por isso, o serviço social se engajou nas lutas pertinentes ao combate a violência sexual infantil, na proposição, pressão e participação da aprovação de leis, assim como na criação de projetos e instituições relativas a garantia, melhoria e ampliação de direitos em direção a garantia da integridade da criança. Nem sempre a infância foi tratada como digna de proteção e atenção especial, e o processo para tal será brevemente analisado em sequência.

Em 1927 foi aprovado o Código de Menores, como primeira, e ainda rudimentar, forma de tratar a criança e o adolescente – de 0 aos 18 anos – conforme suas necessidades e peculiaridades. Ele criava o Juizado de Menores e o seu enfoque de justiça e era mais paternalista e assistencialista, numa tentativa de lidar com a população em situação de rua por força policial (GARCIA, 2009). Já em 1941, foi criado o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), com enfoque na ordem social, extinto em 1961. Em seu lugar foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor) que – hoje chamado de Fundação Casa – reproduzia ainda a lógica coercitiva para com crianças que cometeram atos inflacionais e estavam em situação de rua.

Concomitante ao período em que sedava o processo de reconceituação do Serviço Social – por volta de 1970 a 1990, na década de 1980 os profissionais atuantes na área da infância e adolescência, incluindo os assistentes sociais, iniciaram uma onda de palestras, discussões e estudos com o fim de amadurecer a concepção social sobre a infância. Enquanto isso, a declaração universal da criança já havia sido feita há vinte anos na ONU (Organização

das Nações Unidas). Com esta urgência de adequar a legislação aos direitos inerentes da criança e do adolescente, a sociedade e profissionais se fizeram presente na Assembleia Nacional da Comissão Nacional da Criança Constituente reclamando esses direitos.

Finalmente, na Constituição Federal de 88, esses sujeitos deixam de ser objeto da lei e para se tornarem sujeitos de direitos (FARINELLI & PIERINI, 2016). A vigência dessa lei fez do Brasil pioneiro em quesito de proteção integral a infância, que se observa em seu artigo 227, supracitado no capítulo 1.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge apenas em 1990, prevendo proteção integral à criança e ao adolescente e lhes atribuindo condição de sujeitos de direitos. Sua realização foi possível por meio dessas lutas e discussões em prol da garantia da integridade desses grupos e veio por meio da Lei Federal 8069/90.

O ECA é, por fim, uma conquista dos profissionais envolvidos com esses sujeitos e da sociedade engajada nessa causa. Para que a integridade da criança e do adolescente, encontrada no ECA, seja garantida, é necessária a manutenção, por parte dos profissionais, dos direitos assegurados a elas e dos deveres imputados ao estado e sociedade.

Art.86 A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios”. (BRASIL, 1988).

Uma das mais comuns e danosas maneiras na qual a criança tem sua integridade ferida, é por meio da violência sexual (MINAYO, 2009). O combate à essa violência sexual e a luta por direitos e deveres que garantissem segurança da criança e adolescente, também foi um processo gradual onde esses profissionais se fizeram presentes. Se anteriormente, por exemplo, apenas a penetração era caracterização de crime de estupro, hoje o aliciamento (tocar na genitália) também é considerado juridicamente estupro passível de pena (CARVALHO, 2015). Além do que, apenas no ano de 2009, na forma da Lei 12.015 (BRASIL, 1988) que defende mulheres e crianças, o código penal passou a considerar que pessoas do sexo masculino também podem sofrer estupro. De modo que, hoje, em seu artigo 227, é afirmado que “4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1998).

Podemos, ainda sim, dizer que a história da luta contra o abuso sexual infantil é bastante recente. Afinal, data-se de 1960 o começo da utilização explícita do termo pelos

teóricos em Denver (Estados Unidos), com o posterior acréscimo de novos termos e a participação ativa de professores a policiais no cuidado com a questão (HACKING, 2013).

Nacionalmente, as primeiras organizações que visavam a proteção de crianças contra maus-tratos, surgiram a partir dos anos de 1980. O que não significa que não havia negligência e violência contra elas anteriormente ou que não havia nenhuma forma de atendimento para essas demandas, mas que não haviam instituições próprias para receber esse público (LABADESSA & ONOFRE, 2010). Em 1988 acontece a primeira reunião para debater o abuso sexual infantil (HACKING, 2013). E em 2000, fruto da articulação do poder legislativo, judiciário e executivo, sociedade civil e instituições internacionais, foi criado o 1º Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em 1997, auxiliando a ampliação de denúncias e quebra de silêncio, é elaborado o Disque Denúncia que recebe por telefone informações e denúncias de violências contra crianças e adolescentes. O Depoimento Sem Danos, aplicado no ano de 2003, foi uma estratégia que contribuiu satisfatoriamente para a melhoria do processo de denúncias, no sentido de romper o silêncio que é agravado nas ocorrências contra meninos (FELIX, 2011). Seu conceito é realizar a escuta da criança em um local diferente da audiência, afastada do abusador e em um ambiente que a deixe confortável para relatar o abuso sofrido (FELIX, 2011), embora sua aplicação venha recebendo críticas¹⁴, especialmente pela inclusão equivocada de assistentes sociais para recebimento especializado das denúncias, sendo inclusive colocada pelos profissionais do Serviço Social na Resolução 554/2009.

Em 2007, a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, foi efetivo na orientação de denúncias e na expansão de canais de denúncia. Além de incentivar pesquisas e produção acadêmica na área e, por tabela, aumentar os estudos referente a violência sexual contra meninos (CARVALHO, 2015).

Existem hoje muitas instituições especializadas para tratar da questão e que recebem tais demandas. O serviço social continua tomando frente no enfrentamento da violência sexual contra crianças, especialmente por meio das instituições estratégicas em que está inserido, como

¹⁴ Para além da questão do envolvimento do assistente social, a técnica, ainda que possa ser apontada como um avanço no sentido da quebra do silêncio, apresenta problemas e suscita questões polêmicas. O modo como o recolhimento da denúncia se dá nesse processo, trouxe questionamentos acerca de sua validade como instrumento legal que assegure o princípio do contraditório, isto é, a sobreposição do relato de todos os envolvidos na apuração do caso; do espaço físico e intermediação de profissionais que não são legalmente amparados para receber as inquirições. Entretanto, o seu caráter constitucional já foi reafirmado pelas instancias responsáveis. (FELIX, 2011)

por exemplo: Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Vara da Infância, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Hospitais, Centros Pops, entre outros.

A atuação em rede, isto é, o caráter interdisciplinar do serviço social e abertura ao diálogo e estratégias conjuntas entre instituições, permite que as instancias envolvidas nas demandas que chegam ao profissional, possam ser acionadas e haja uma intervenção estratégica mais abrangente e pertinente (SANTOS, 2011).

Quanto a sua dimensão teórico-metodológica, o Serviço Social também se destacou na produção acadêmica sobre a violência sexual infantil e questões afim. Ainda assim, ele parece estar perdendo protagonismo nos últimos anos e análise dos dados a seguir é proveitosa para esta reflexão.

Um estudo, baseado em encontros do Serviço Social, demonstra que no período de 2000 a 2004, as violências que perpassam a temática abordada nesse trabalho eram predominância de discussão e teorização, quais sejam: “violência e gênero (24,35%)” – que, como visto no capítulo 1, quase em unanimidade se refere a debates sobre o gênero feminino – “violência doméstica (19,13%), relações familiares (9,56%) e violência sexual (8,69%), totalizando um índice significativo de 61,73%” (SILVA, 2008; pg. 266). Já se considerarmos o intervalo de 2000 a 2007, a discussão sobre todas as temáticas é reduzida para: violência e gênero (20,10%), violência doméstica (14,43%), violência e relações familiares (8,25%) e violência sexual (8,25%) (SILVA, 2008).

Isto é, nos últimos anos o debate e produção acadêmica que abrangem as temáticas supracitadas e que perpassam a temática deste trabalho, vem sendo reduzidas e, quaisquer que sejam os motivos para tal, é importante nos atentarmos para esses dados afim de prezar pela continuidade da categoria como protagonista e engajada na luta contra a violência sexual.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE COMPARATIVA DE CONTEUDO NA MÍDIA

O objetivo da análise deste capítulo é identificar se o apontamento da literatura, acerca da violência contra meninos, é expresso no conteúdo investigado e, assim, buscar sua validação teórico-metodológica. Os termos e comentários analisados nas notícias foram categorizados, genericamente, pela forma como é nomeada a violência, o agressor, o violentado e a descrição da posituada ou negatuada das reações, imbricado o juízo de valor em ambas as definições.

3.1 NOTICIA A

Da página e redação do O Globo, foi publicada no site em 6 de março de 2017. Relata o caso de uma professora norte americana de 39 anos que foi condenada a três anos de prisão após enviar mensagens de cunho sexual e nudes¹⁵ seus a um aluno de ensino médio de 14 anos – que insistia para que ela parasse. Posteriormente foi denunciada também por outro adolescente, de 17 anos, de estupro em sala de aula.

A página do jornal O Globo no Facebook, até a data de 12 de junho de 2017, contava com 5, 424, 997 seguidores¹⁶. A postagem da notícia na página 415 compartilhamentos, 637 comentários e 3,9 mil reações clicadas, sendo 2,6 curtidas; 710 “Haha”; 339 “Uau”; 113 “Grr”; 86 Triste e 53 Amei. Foi postada em 17 de março de 2017. Dos 637 comentários, analisamos os 50 primeiros, por contemplarem as opiniões expressas e serem os mais aprovados pelos demais, visto que o Facebook conta com a configuração de deixar no topo da publicação os comentários mais curtidos ou respondidos.

Os comentários que não foram categorizados foram aqueles que respondiam aos demais comentários pela configuração “responder”, os que eram semanticamente incompreensíveis, os que discutiam a diferença cultural brasileira e americana e aqueles que traziam tópicos irrelevantes que não continham categorias analisáveis pelo referencial teórico. Totalizando desses, 8 comentários dentre os 50. Enfatizamos também que um mesmo comentário pode apresentar mais de uma categoria, de forma que os exemplos não numeram comentários integralmente, mas orações e frases contidas neles.

¹⁵Fotos de nudez ou semi-nudez compartilhadas pelos usuários de internet

¹⁶ Usuários do Facebook que selecionaram a opção de acompanhar as publicações da página.

O caso possuía o relato de violência com dois meninos diferentes, foi diferenciada a codificação da primeira violência, ou seja, o envio de nudes ao aluno de 14 anos, para a segunda violência, com o aluno de 17 anos por “1” e “2”, respectivamente.

3.2 NOTICIA B

Da página e redação do Jornal de Brasília, o caso é de um professor de dança em Luziania, preso por suspeita de estupro de aluno de 13 anos. A violência contou com ameaças e extorsão para que o menino colocasse crédito em seu celular. Foi publicada no site em 7 de fevereiro de 2017.

A página do Facebook, da redação, até a data de 18 de Junho de 2017 contava com 370, 634 seguidores. A publicação da notícia na página, datando de 7 de fevereiro de 2017, teve 797 reações, sendo elas 520 curtidas, 205 “Grr”, 50 “Triste”, 18 “Uau”, 2 “Amei” e 1 “Haha”. Ela foi compartilhada 66 vezes e comentada 28 vezes.

Apesar de bastante abrangente, o Jornal é consideravelmente menor que “O Globo”. A análise das categorias será feita com base na proporção interna dos exemplos encontrados para só depois se comparar as notícias “A” e “B”. Também por ter menos comentários que a primeira notícia, foi possível analisar todos, exceto por um que era semanticamente incompreensível.

3.3 REPORTAGEM C

A página do jornal no Facebook “BBC Brasil”, onde foi publicada a reportagem, em 13 de junho de 2017 contava com 2.827.027 seguidores. A publicação¹⁷, feita em 14 de novembro de 2015, na data de visualização supracitada, continha 1,7 mil “curtidas”¹⁸. Eram 368 os compartilhamentos e 42 comentários, dos quais analisamos aqui os mais expressivos.

¹⁷ Acesso em: <https://www.facebook.com/bbcbrasil/posts/10153251026467816>

¹⁸ Até 2016, o Facebook não dispunha da configuração “reações”. Por isso a reportagem só contém “curtidas”, única opção disponível na data.

Da página da BBC Brasil¹⁹, de 10 de novembro de 2015 e escrita por Renata Mendonça, expõe as problemáticas que envolvem a violência sexual contra meninos, assim como este trabalho faz. Para compreensão do conteúdo expresso nos comentários, será utilizada a Análise de Enunciação, especialmente dos relatos de violências sexuais sofridas, contidas na reportagem e nos comentários espontâneos dos usuários do Facebook.

A reportagem traz vários conceitos e problematizações abordadas neste trabalho. A sua redação foi motivada por pedidos dos leitores em vigência da eclosão da campanha #PrimeiroAssédio no Facebook, onde várias mulheres e, posteriormente, homens contaram em seus perfis da rede social sobre a primeira violência sexual que sofreram.

"Vamos falar também das vítimas masculinas?", pediu um internauta no Facebook em discussões sobre a repercussão da campanha criada sob a hashtag #primeiroassédio.
(BBC BRASIL, 2015)

Ela começa contando de várias dessas publicações, mas usando nomes fictícios, quais sejam:

Marcelo costumava ficar sob supervisão da vizinha quando a mãe não tinha com quem deixá-lo. Ele tinha 11 anos, mas ela insistia em lhe dar banhos que duravam mais do que o normal. O menino achava esquisito.
(BBC BRASIL, 2015)

João Vitor* sempre brincava de "lutinha" com o pai. Depois de um tempo, porém, começou a perceber que a brincadeira tinha alguns toques por baixo dos shorts que ele não gostava.
(BCC BRASIL, 2015)

Rafael estava brincando no fliperama com um primo quando sentiu um homem estranho se aproximar demais. O menino ficou incomodado – o desconhecido estava com o pênis ereto e o esfregou nele. Rafael empurrou o primo para o lado e saiu – tinha 10 anos.
(BCC BRASIL, 2015)

Depois de muito tempo sendo abusado e ameaçado pelo vizinho da família, Daniel* teve problemas de saúde e precisou recorrer à mãe. Ele foi para o hospital e, aos 12 anos, se descobriu com uma DST (doença sexualmente transmissível).
(BCC BRASIL, 2015)

Em outros casos, mulheres revelaram a violência sofrida por homens próximos. "Namorei um cara que tinha sido abusado sexualmente quando criança e vi o quanto isso tinha transformado ele", disse.
(BCC BRASIL, 2015)

Seu primeiro subtítulo “Cultura machista” aponta a questão como perpetuadora do silêncio e preconceito no fenômeno da violência sexual contra meninos, trazendo o estigma da preocupação em se mostrar frágil ou ser taxado como homossexual.

¹⁹Acesso em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_abuso_sexual_meninos_rm?ocid=socialflow_facebook

“A pior condenação que um menino pode ter na sociedade machista em que vivemos é ser gay”, explica Flávio Debique. “Aqui o homem precisa ser ‘macho’. Então se ele for abusado por uma mulher e reclamar disso, será tachado de gay, e se for abusado por um homem e denunciar, também pode ser considerado gay.”
(BCC BRASIL, 2015)

Por fim, fala de estatísticas de violência contra meninos e a invisibilidade do fenômeno, assim como da problemática da falta de campanhas e de não haverem locais especializados em receber denúncias masculinas.

“Não existe Ambulatório de Violência Sexual, existe um Ambulatório de Violência Sexual contra a Mulher. Lá, são apenas ginecologistas atendendo. São macas ginecológicas. O lugar não é preparado para receber meninos. Ele vai entrar em um ambiente exclusivamente feminino”, afirma.
(BCC BRASIL, 2015)

3.4 CATEGORIZAÇÃO

CATEGORIZAÇÃO DA “NOTICIA A” (AGRESSOR FEMININO)

CATEGORIA	COMPONENTES	EXEMPLOS
VIOLENCIA 1	Enviar nudes Enviar emojis sugestivos	“ter enviado nudes” “mensagens de cunho sexual” “emojis ‘sugestivos’” “o forçou a fazer sexo”
VIOLÊNCIA 2	Fazer sexo forçado	
VIOLENTADO 1	Aluno Adolescente 14 anos Secundarista	“a um aluno adolescente” “de 14 anos” “de escola de ensino médio”
VIOLENTADO 2	Aluno 17 anos	“outro aluno” “de 17 anos”
AGRESSORA	Professora 39 anos Condenada	“a professora” “de 39 anos” “foi condenada semana passada a três anos de prisão”
REAÇÃO DO VIOLENTADO 1	Pedir para parar	“O aluno pediu que a professora [...] parasse de enviar fotos”
REAÇÃO DO VIOLENTADO 2	Forçado a fazer sexo	“segundo ele, A. o forçou a fazer sexo em sala de aula”
ALEGAÇÃO DA AGRESSORA	Citação da tentativa de justificação da violência Citação da tentativa de justificação da não interrupção da violência	“‘o aluno era muito bonito’ e que, por isso, ela não conseguia se concentrar ao dar aula”. “Eu sei quando parar, eu sei quando seguir em frente. Mas eu sei é diferente de eu posso”.

Retirado do site O Globo em 12/06/2017, disponível em:

http://blogs.oglobo.globo.com/pagenotfound/post/professora-e-condenada-3-anos-de-prisao-por-enviar-nudes-aluno.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo

CATEGORIZAÇÃO DOS COMENTÁRIOS DA “NOTÍCIA A”

CATEGORIA	COMPONENTES	EXEMPLOS	OCORRÊNCIAS
DESCRIÇÕES DO VIOLENTADO	Sortudo/ Afortunado	“moleque de sorte” “esse menino é foda”	5
	Homossexual	“esse cara é viado”	2
	Covarde/ Fresco	“bundamole”	3
	Criança/ Menino	“14 anos é um menino”	1
DESCRIÇÃO DE SENTIMENTOS POSITIVADOS	Desejo de que fosse no seu tempo/ fosse na sua escola	“Por que no meu tempo não tinha isso? ” “Que escola é essa que eu quero me matricular”	9
	Relativização por ser “coisa de homem” ou “da idade”	“A natureza do homem e a mulher são diferentes não dá pra igualar é biológico” “qual adolescente que não tem tesão por um professor ou professora?”	4
	Se fosse o filho, apoiaria	“eu dou um prêmio pra ele”	3
DESCRIÇÃO DE SENTIMENTOS NEGATIVADOS	Apelo a comparação de gênero	“merece a mesma punição do que se fosse um homem abusando de uma garota.”	7
	Causa danos futuros	“tudo tem seu tempo nessa vida, atropelar períodos só traz danos”	3
	Identificação de que é um caso de pedofilia	“Pedofilia não é aceitável”	6
	Identificação do problema em ser relação professor-aluno/ ser traição	“uma professora jamais deveria assediar ou despertar a libido dos alunos”	5
DESCRIÇÃO DA AGRESSORA	Safada/ Gostosa e afins	“hoje umas delicia dessas e é condenada”	5
	Pedófila/ Doente	“é uma pedófila”	2

Por meio da página do O Globo no Facebook em 12/06/2017, disponível em:
<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/1566634356709571?pnref=story>

CATEGORIZAÇÃO DA “NOTICIA B” (AGRESSOR MASCULINO)

CATEGORIA	COMPONENTES	EXEMPLOS
VIOLENCIA	Suspeita de estupro	“preso suspeito de estuprar” “homem suspeito de estupro”
	Submissão a atos libidinosos	“o jovem teria sido submetido a atos libidinosos”
VIOLENTADO	Jovem	“o jovem”
	13 anos	“de 13 anos de idade”
	Adolescente	“um adolescente”
AGRESSOR	Professor de dança	“professor de dança”
	Instrutor	“ao chegar a casa do instrutor”
	Homem suspeito	“um homem suspeito de estuprar”
	Preso	“preso suspeito de estuprar”
REAÇÃO DO VIOLENTADO	Enganado	“o homem marcou um horário com o adolescente para ensiná-lo a dançar. Ao chegar à casa do instrutor, o jovem teria sido submetido a atos libidinosos”
	Constrangido	“constrangendo-o mediante grave ameaça a colocar créditos em seu celular”
	Submetido	“o jovem teria sido submetido a atos libidinosos”

*Retirado do site Jornal de Brasília em 12/06/2017, disponível em:

<http://www.jornaldebrasilia.com.br/cidades/professor-de-danca-e-presosuspeito-de-estuprar-aluno-de-13-anos-em-luziania/>

CATEORIZAÇÃO DOS COMENTÁRIOS DA “NOTICIA B”

CATEGORIA	COMPONENTES	EXEMPLOS	OCORRÊNCIAS
DESCRIÇÕES DO VIOLENTADO			
DESCRIÇÃO DE SENTIMENTOS POSITIVADOS			
DESCRIÇÃO DE SENTIMENTOS NEGATIVADOS	Desejo de pena por tortura/ morte	“tinha que levar [deixar] amarrado de cabeça [para] baixo todo dia ir lá cortava uma orelha um dedo etc”	4
	Desejo de pena por prisão e estupro	“agora ele vai vestir a roupa de bailarina”	4
	Desejo de pena divina/ acaso	“tem mais é que se lascar” “o inferno te espera”	2
	Ódio	“Ódio disso”	1
	Contentamento pela prisão	“Agora dançou mesmo”	5
	Desejo por ver o rosto do agressor na reportagem	“MOSTRA O ROSTO”	3
ADJETIVAÇÃO DO AGRESSOR	Estuprador/ Tarado	“estuprador”	2
	Pedófilo	“esse pedófilo”	2
	Ladrão	“ladrão”	1
	Criminoso	“Criminoso!”	1
	Definições depreciativas	“Canalha” “demônio das trevas”	5
	Generalizações arbitrárias	“Todos esses tipos [...] geralmente são gays e pedófilos”	1

Por meio da página do Jornal de Brasília no Facebook em 12/06/2017, disponível em:
<https://www.facebook.com/jornaldebrasilgia/posts/1380336565350642?match=chJvZmVzc29yLGRhbsOnYQ%3D%3D>

Comentários da Reportagem C

a) As pessoas só falam dos abusos que as meninas sofrem [ou] podem vir a sofrer (2)/, a) mas se esquecem dos meninos/, b) crianças que também são alvos de abuso (1)/c) por homens e incrivelmente por mulheres mais velhas (1)/, d) podendo esses serem integrantes da família ou alguém próximo (2) / d) fora de qualquer suspeita²⁰.

(Comentarista 1-homem. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Unilateralidade de gênero na representação de vítimas; b) Meninos também podem ser violentados; c) Gênero de quem pode ser o agressor; d) Papel de quem pode ser o violentador dos meninos.

a) Penso que essa dificuldade de falar sobre isso (3)/b) tem mais a ver com nossa Cultura machista/ a) do que com o medo da exposição/. c) Meu marido foi obrigado [a] fazer sexo oral em uma babá dele quando tinha apenas 6 anos de idade/d) a) e diz que nunca contou nada a ninguém porque sabia que aquilo era coisa de homem/e) e que mesmo vomitando de nojo gostou da prática na época./f)[É] claro que depois quando mais velho, identificou o abuso (2)/f) mas quando ainda era criança não dimensionava a gravidade do ato/. g) Acho que isso acontece muito porque ainda existe uma grande dificuldade ou resistência nos pais de falar sobre esses assuntos com seus filhos ainda pequenos./h) Isso precisa mudar!

(Comentarista 2-mulher. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Silenciamento no fenômeno; b) Responsabilização da cultura machista; c) Relato de violência sexual ocorrida; d) Comportamento esperado do gênero; e) Contradição de sentimentos na violência; f) Identificação tardia da violência; g) Responsabilização da família; h) Apelo por mudança.

a) Eu fui vítima de assédio/ b) e discordo que o problema seja o "machismo". (2)/c) No meu ponto de vista, o grande problema são as campanhas feministas (2)/d) que, ao retratar a violência sexual como uma "violência contra a mulher" (4)/ b) e culpar o "machismo" por sua existência,/ e) invisibiliza os homens que foram vitimados,/f) sendo que grande parte deles sequer identifica-se como vítima, (3)/d) tão enraizada está no imaginário popular a ideia de que abuso só acontece com mulheres./c) O monopólio feminista das campanhas sobre abuso/f) d) acaba por fazer com que somente as mulheres se identifiquem com elas e/ g) impedindo que homens sintam-se a vontade para manifestarem-se (2)/f) ou mesmo para identificarem-se como vítimas./h) Outro problema da matéria é dizer que homens são assediados em número bem menor (3)/g) quando o próprio texto diz que o número de casos por eles reportados é extremamente pequeno,/h) de forma que não dá para saber se o número de homens vítimas é assim tão menor que o de mulheres.

(Comentarista 3-homem. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Relato de violência sexual ocorrida; b) Recusa a identificação do machismo como responsável; c) Responsabilização das campanhas feministas;

²⁰ O limite “/” e numeração são constituintes da técnica de análise de enunciação. O limite serve para separar as proposições de cada comentário e a numeração se refere a quantidade de vezes que a proposição aparece no comentário (BARDIN, 1977). O colchete substitui ou inclui uma palavra que estava escrita de forma errada, abreviada ou subtraída, de forma a impedir a compreensão semântica dos argumentos e as aspas apontam para uma expressão popular ou gíria.

d) Unilateralidade de gênero na representação de vítimas como responsável; e) Invisibilidade do fenômeno; f) Falta de identificação da violência; g) Silêncio no fenômeno; h) Incerteza sobre recorrência dos casos.

a) Mau caratismo não tem gênero/. Obrigado./ [Você] resumiu bem o conceito. / b) Não faz nem 2 meses vi o caso (e o vídeo - sim tem um vídeo) de uma professora/ c) (bastante atraente diga-se de passagem) (2)/d) que convenceu um menino de 11 anos a transar com ela. (2)/c) Ela era tão bonita que podia ter ficado com praticamente qualquer homem./d) Mas preferiu assediar criança./e) O vídeo e fotos dela repercutiram no whatsapp e ela “se lascou”./f) Mas [para] esse tipo de caso ninguém olha./g) Não se faz justiça ignorando casos menos comuns.
(Comentarista 4-homem. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Gênero de quem pode ser o agressor; b) Relato de violência ocorrida; c) Elogio a beleza da professora; d) Adjetivação contraditória do ato “convencimento” – “assédio”; e) Punição do agressor; f) Invisibilidade do fenômeno; g) Apelo a visibilidade.

a) Na minha época eu sofri muito com os lixos do colégio./b) Porém eu não tive nenhum problema de vida por isso,/c) haja vista que eu sempre os considereí seres inferiores. (3)/ c) As pessoas [te] dão o [que] tem./d) Dependendo da evolução antropológica do sapiens analisado essas campanhas [não] surtirão efeito algum./e) A maioria dos lixos que me incomodavam lá na escola já morreram./ e) A maioria assassinados./ c) Algumas pessoas não tem [concerto]./e) Só a morte livra o mundo delas.
(Comentarista 5-homem. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Relato de violência sexual ocorrida; b) Influência da violência no futuro (ausência); c) Adjetivação do agressor; d) Ineficácia de campanhas; e) Punição do agressor.

a) Abuso não escolhe sexo, raça, gênero... (2)/Apenas vítimas./ a) Menino ou menina,/ b)[toda] forma de abuso deve ser abolida.
(Comentarista 6-mulher. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Quem pode ser violentado; b) Apelo a mudança.

a) [Pedófilo] tem [que] morrer sofrendo e lentamente... (2)/a)[Que] bom se acaba [as Celas Especiais e] as cadeias de Seguro e “coloca” esses lixos junto da bandidagem comum...
(Comentarista 7-homem. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Punição do agressor.

a) A primeira vez que escutei que meninos [também] eram estuprados, fiquei muito chocada, (2) / a) na minha cabeça isso, só acontecia com meninas./b) [Quando] meu filho nasceu, eu passei a tomar muito [cuidado] com ele..
(Comentarista 8-mulher. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Sucessão de proposições: a) Invisibilidade do fenômeno; b) Mudança de atitude.

3.5 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS

Consideremos, primeiramente, que todos os componentes da notícia, como aponta Bardin (1977) têm algo a contar sobre o discurso escolhido pela redação, especialmente a sua chamada. A escolha das imagens na chamada, assim como os demais elementos da notícia, expressa não apenas a escolha da redação sobre o discurso empregado sobre o objeto, mas influencia e é influenciada sobre o ideal que a sociedade tem da temática (MCCOMBS, 2004).

Da primeira notícia, a foto embaçada de um dos nudes que a professora enviou; da segunda, o professor denunciado virado de costas, algemado, ao lado de um policial na delegacia; da terceira, um menino encolhido no canto da parede com a cabeça baixada, abraçando as pernas.

O título da notícia e a descrição da publicação, escolhidas pelas páginas, da mesma forma expressam esses discursos. Da primeira notícia, o título diz “ Professora é condenada a 3 anos de prisão por enviar nudes a aluno” (O GLOBO, 2017) e a descrição da publicação “Emojis ‘sugestivos’ também foram enviados ao aluno de 14 anos” (O GLOBO, 2017); da segunda notícia, “Professor de dança é preso suspeito de estuprar aluno de 13 anos em Luziânia” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2017) e “Após o ocorrido, ele ainda chegou a extorquir o jovem. [emoji de expressão de choque]” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2017) e da Reportagem C “Campanha #PrimeiroAssédio expõe tabu de violência sexual contra meninos” (BBC BRASIL, 2015) e “Cultura machista do Brasil e 'medo de ser tachado de gay' explicam número bem menor de denúncias de casos de abuso sexual de meninos em comparação com os casos envolvendo meninas, dizem especialistas #MAISLIDAS” (BBC BRASIL, 2015).

Ao enumerar as diferenças entre o conteúdo da notícia A e B, começamos pela categoria que aparece em uma, se ausenta na outra: a “alegação da agressora”. A agressora da Notícia A recebe um espaço de fala no corpo do texto, encontrada nos componentes “tentativas de justificação da violência” e da sua “não interrupção”. Nesses componentes, identificamos o discurso usual a pedófilos em: “[...]‘o aluno era muito bonito’” e que, por isso, ela não conseguia se concentrar ao dar aula” (O GLOBO, 2017), “Eu sei quando parar, eu sei quando seguir em frente. Mas eu sei é diferente de eu posso” (O GLOBO, 2017) A afirmativa, na primeira citação, remete a ideia de que a violência foi praticada porque a criança ou adolescente foi sexualmente provocante, forma de justificativa do ato comumente usada por eles (SANTOS, 2011) e (TRINDADE e BRIER, 2007). A segunda assertiva remonta à ideia de que o pedófilo, na maior parte das vezes

não sentindo culpa pela violência e a imputando a sedução do violentado, nega que haja necessidade de mudança em seu comportamento ou que consiga fazê-lo (TRINDADE e BRIER, 2007).

A intenção, no entanto, não é diagnosticar a agressora da Notícia A como pedófila, visto que o recorte da notícia e as competências da presente pesquisa sequer teriam essa competência. A relevância do levantamento dos dados teóricos sobre a pedofilia e a relação com a alegação da professora na notícia, no entanto, é o apontamento de elementos comuns à violência sexual infantil encrostada na notícia. Além da superficial averiguação do grau de consistência que poderiam ter as proposições da categoria “descrição da agressora”, em que ela é identificada como “pedófila/doente”, e na categoria “descrição de sentimentos negativados” que vemos a “identificação de que é um caso de pedofilia”.

Ainda assim, os sujeitos que praticam tal violência, assim como aponta Gomes, Minayi e SILVA (2005), não necessariamente são pedófilos, e por isso referenciamos os sujeitos como “agressores” nas categorias de análise. Tal delimitação indiscriminada, aliás, encontrada nos comentários, reduz a violência a uma dimensão individual, nos isentando da responsabilidade de compreender o fenômeno a partir das relações de poder reproduzidas culturalmente, da qual somos participantes. Afinal, toda ação social, em última instância, é orientada não só por objetividade de situação, mas por conexões de efeito (WEBER, 1922).

Enquanto isso, a mesma categoria mostrada no caso da Notícia B, por meio dos componentes “Estuprador/ Tarado”, “Pedófilo” e “Definições depreciativas” que incluíam palavras de baixo calão, apresentou nove exemplos, dentro de uma amostra com praticamente metade dos comentários da Notícia A. E não apresentou descrições positivadas como no primeiro caso.

Nos exemplos de argumentação dos comentários da Reportagem C, a pedofilia é citada em uma fala apenas (Comentarista 7- homem), mas quando referenciados os sujeitos que praticavam a agressão, se discorria sobre a possibilidade de eles serem tanto homens quanto mulheres e pessoas de confiança da criança (Comentarista 1-homem) e (Comentarista 4-homem).

O apelo à punição aparece em dois exemplos, de forma bastante enfática. A primeira trazia o relato pessoal da violência sofrida e alegação de que a maioria dos seus agressores está morta, com a conclusão “Algumas pessoas não têm conserto. Só a morte livra o mundo delas” (Comentarista 5-homem. apud BBC Brasil, 2015). Ou seja, a crença de que a punição deve ser

a morte. A segunda citação, do Comentarista 7- homem (*apud*. BCC Brasil, 2015), relaciona a punição com o estupro de uma forma indireta, haja vista expresse o desejo pelo fim das “celas especiais” – celas onde os suspeitos de violência sexual são colocados a fim de evitar o estupro corretivo.

Essa ênfase no anseio por castigo, aparece predominante na segunda notícia, e tem grande incidência no componente “desejo por prisão e estupro”. Isto é, dentre os vários comentários foram identificados apelos à punição por prisão, a maioria combinava a prisão com o estupro.

A discussão do uso instrumental do estupro como forma de castigo do homem, nos é proveitosa, pois remonta a discussão de Bordieu (1998) sobre a dominação masculina, em que o preenchimento do vazio, na sexualidade, é símbolo de imposição de poder por parte do homem. Assim, sendo o vazio atribuído a feminilidade e, devendo a ligação com o feminino ser recusada pela figura do “homem de verdade” (CARVALHO, 2015) e (PRADO, 2016), o apelo uso da violência sexual como castigo imprimido ao agressor, propõe colocá-lo como subjugado, violado e passivo, lhe subtraindo o título de honra de “homem” (BOURDIEU, 1998).

Agora ele vai vestir a roupa de bailarina la. Esse [...] safado vai aprender rapidamente a dancinha dos presos. Ódio disso.

(Comentarista 9. *Apud* JORNAL DE BRASÍLIA, 2017, grifo nosso)

Toda essa construção de sentido acerca da visão da sociedade sobre a violência sexual a partir da disposição dos corpos e da relação de poder e dominação que a compõe, é pontual para interpretação da diferença entre os discursos imprimidos em todos os elementos das duas primeiras notícias. O falo (o homem) entendido como dominador, compõe o papel do violentador, aquele que usa do poder para impor sua vontade (BOURDIEU, 1999) de modo tal, a haver falta de identificação da violência onde os sujeitos têm papel social invertidos (GOMES; MINAYO & SILVA, 2005).

Em virtude de o agressor ser uma mulher, a violência sexual continua compondo uma relação de poder e imposição, invariavelmente. Na Notícia A, inclusive, esse fator é bem exemplificado em se tratando de uma relação professor-aluno, em que o agressor é um sujeito de confiança da família e do adolescente que se usa da sua posição de proximidade, autoridade e fidelidade (SANTOS, 2015). Sendo, inclusive, apontada por alguns usuários nos comentários

como único problema situacional em que as investidas da professora foram inconvenientes, encontradas na categoria “Identificação do problema em ser relação professor-aluno/ ser traição”.

Se olhada, ainda, sob ótica da lei brasileira, em seu artigo 213, a conjunção carnal da professora com o aluno seria caracterizada como estupro, graças a alteração na legislação em 2009 que se deu justamente pelo entendimento de que se entende por “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 1988*) em que outrora abrangia apenas mulheres como passíveis de estupro.

Apesar de a primeira notícia não discorrer sobre componentes similares a “enganado” ou “submetido”, como na Notícia B, em que é apresentado e relatada a forma como a violência aconteceu – local, oportunidade e estratégia usada pelo agressor, é relatada na primeira notícia que os meninos envolvidos verbalizaram oposição a relação, tal era a natureza impositiva (violenta) da ação. Em que, o menino de 13 anos, a quem foram destinadas as mensagens “pediu que a professora [...] parasse de enviar fotos” (O GLOBO, 2017) e o de adolescente de 17 anos que a denunciou, citado na afirmativa “segundo ele, A. o forçou a fazer sexo em sala de aula” (O GLOBO, 2017).

Na Notícia B se encontra na categoria “reação do violentado” os termos “submetido” e “constrangido” e o componente “enganado” dado o exemplo “o homem marcou um horário com o adolescente para ensiná-lo a dançar. Ao chegar à casa do instrutor, o jovem teria sido submetido a atos libidinosos” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2017), em que a segunda frase infere que a atividade proposta na primeira não foi executada, mas em seu lugar ocorreu a violência.

Os exemplos que faziam referência a pedofilia, a categoria “descrição de sentimentos negativados” no geral e o componente “criança/menino” na categoria “descrição do violentado”, se interligam fortemente com o componente “apelo a comparação de gênero”. Os usuários, em oposição aos demais comentários que naturalizavam e positivavam a violência ocorrida, usualmente se serviram da argumentação. “Mas se fosse *uma garota* e o professor maior de idade, seria pedofilia!” (Comentarista 10. *apud* O GLOBO, grifo nosso). Ao recorrerem a tal comparação, intencionalmente ou não, esses usuários estavam abrindo um debate sobre gênero do qual podemos dissecar alguns pontos.

Perpassando a falta de identificação do ato como violência, a sua naturalização é decorrente do entendimento de que foi é uma forma de iniciação sexual, especialmente em

violências heterossexuais (SANTOS, 2011); (ALMEIDA, PENSO E COSTA, 2009) e (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Os comentários que formam o componente “apelo a oposição de gênero”, como mencionado, em todas as ocorrências faziam referência aos demais comentários que se inscreviam na categoria positivada, como uma forma de resposta.

Não acredito que tem gente dizendo que a criança deveria ter *"aproveitado"*, que *"homem mesmo"* não deixaria essa oportunidade passar. Que nojo. Essa mulher é uma pedófila doente e merece a mesma punição do que *se fosse um homem abusando de uma garota*.

(Comentarista 11. *Apud* O GLOBO, 2017, grifo nosso)

Primeira fala que aparece dentre os comentários, a partir da configuração selecionada “comentários mais relevantes”, isto é, a partir da disposição dos comentários por ordem de mais respondidos ou curtidos para os menos visados.

Cada comentário que eu leio que me dá nojo desse povo.

Machistas babacas. *Se um homem manda foto do “pau”[para] uma menina* ele tem que morrer, né?! O ponto de vista de justiça de [vocês] [é] tão pequeno quanto a mentalidade. Seus animais!

(Comentarista 12. *Apud* O GLOBO, 2017, grifo e aspas nosso)

Esses comentários que causaram indignação nos usuários desse recorte, se referiam justamente àqueles que reafirmavam a naturalização da violência relatada – não sendo entendida como tal –, na categoria “descrição de sentimentos positivados da violência”, em que as descrições se sobrepõem.

[...] o [moleque] joga uma *sorte* dessa fora??? Ah não, que isso... O que vocês acham disso [...] Pra mim esse cara é *“viado”*

(Comentarista 13. *O. apud* O GLOBO, 2017, grifo nosso)

quero estudar nos EUA [...] vigésimo caso [que] eu vejo de uma *professora gata* [assediar] o *aluno*, e os alunos *“tudo”* *“bunda mole”*, querendo denunciar as *“teachers”*

(Comentarista 14. *Apud* O GLOBO, 2017, grifo e aspas nosso)

Nos quatro últimos comentários foram grifadas as afirmativas que se opunham, como exemplo da dinâmica de afirmativas e respostas expressas dentre as duas categorias:

Comentarista 1 “aproveitado” sobreposto por Comentarista 3 “sorte” e Comentarista 4 “queria estudar nos EUA”; Comentarista 1 “homem mesmo” sobreposto por Comentarista 3 “viado” e Comentarista 4 “bunda mole”; Comentarista 1 “se fosse um homem abusando de uma garota” e Comentarista 2 “Se um homem manda foto do “pau” [para] uma menina” sobreposto por Comentarista 4 “professora gata [assediar] o aluno”.

Os usuários, ao se referirem ao violentado como “viado”, isto é, adjetiva-lo por homossexual, demonstram o apontamento teórico acerca do estigma expresso na violência sexual contra meninos, em que a recusa da relação heterossexual a que foram submetidos, é interpretada como característica homossexual (ALMEIDA, PENSO E COSTA, 2009).

Da mesma forma, essa recusa do violentado à relação sexual com uma mulher, pode ser interpretada como falta de virilidade, ser “bunda mole”, o que Almeida, Penso e Costa, (2009) disseram ser uma forma de aproximar o menino da figura feminina, visto que a afirmação de masculinidade deve perpassar a prova de “predador sexual”, demonstrando potência e disposição para relações continuamente (BOURDIEU, 1999). Como mostra o exemplo dos comentários da Reportagem C.

Meu marido foi obrigado a fazer sexo oral em uma babá dele quando tinha apenas 6 anos de idade e diz que nunca contou nada a ninguém *porque sabia que aquilo era coisa de homem* e que mesmo vomitando de nojo gostou da prática na época. É claro que depois quando mais velho, identificou o abuso.
(Comentarista 2-mulher. *Apud* BBC Brasil, 2015)

Paralelamente, a Comentarista 2 - mulher, traz também o relato de que seu marido não contou da violência ocorrida na época, nos trazendo ao ponto conclusivo e caro a este trabalho: o silêncio dos meninos violentados. Haja vista, em primeira instância, o medo da opinião estigmatizante da sociedade e da família acerca da sua recusa a violência ou, em casos de violência praticadas por homens, das dúvidas quanto a sua sexualidade e, de todas as formas, da sua posição de fragilidade, distanciada da virilidade imposta, por ter sido subjugado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a hipótese foi comprovada, na medida em que o referencial nos mostrou ênfase na invisibilidade da questão tanto por meio da baixa de estudos, quanto do

silenciamento dos meninos dado pela necessidade do menino de se manter viril e não demonstrar fragilidade e do preconceito que circunda a homossexualidade (CECARELI, 2013); (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). De modo especial, concluímos que o aspecto da naturalização da violência se dá em circunstância em que a agressão parte de uma mulher e que esse aspecto se sobressaltou na análise de conteúdo, haja vista o excesso de comentários que positivavam a violência da Notícia A.

Santos (2011 apud. WEBER, 1922), ao discorrer sobre os fenômenos que envolvem a violência sexual, mostra como o caráter social das ações nos traz a necessidade de olhar para a sociedade e o significativo que ela atribui a essas ações, a fim de compreender a que passo as ações são reafirmadas pelo meio. Nesse sentido, os estudos observados no decorrer desse trabalho, nos apontaram para a abrangência de expressões culturais que perpetuam a violência sexual e da necessidade de compreender o fenômeno a partir da construção de opinião dada na sociabilidade, não se limitando ao olhar sob as patologias individuais dos agressores.

Identificadas as reafirmações dos estigmas envolvidos na questão a partir da análise de conteúdo, podemos teorizar sobre como, na ótica de LIPPMANN (1922), a temática não tem relevância suficiente para compor a agenda da mídia, dada a falta de representatividade nas estatísticas e de identificação como violência. Mesmo porquê, devido à vergonha, estigmas e consequências dolorosas, indubitavelmente a questão da violência sexual se encontra no recorte de temas contornados pela mídia devido à complexidade e dificuldade de tratar da delicadeza e crueza o tema que desconcertam os consumidores de conteúdo (MCCOBS, 2004).

A investigação proposta se mostrou um enorme desafio em função da escassez de referencial, de forma generalizada. A falta de literatura acerca da masculinidade, não apenas em seu caráter de dominação, mas em caráter da problemática das imposições sociais sobre o gênero; a raridade dos textos que tratam das peculiaridades dispostas na violência sexual contra meninos e o limitado número de material midiático que relatasse os casos estudados, mostrou a carência de referencial nacional, atualizado e próprio da categoria do Serviço Social.

Consideramos, então, urgente o despontar de estudos, pesquisas, levantamento de dados, abertura de debates teóricos e atualização da literatura acerca da masculinidade e das expressões da violência sexual contra meninos. Os caminhos de pesquisas possíveis são demasiado abrangentes, mas nos alarmamos pela necessidade de investigações que tragam relativa consistência à real incidência de ocorrência da violência sexual contra meninos.

Os estigmas sociais acerca da violência sexual contra meninos são grande empecilho para enfrentamento dessa violência. Almeida, Penso e Costa (2009) ratificam sobre a necessidade de especializar o atendimento a esses sujeitos. Isto é, oferecer atendimento de qualidade a essas demandas, entendendo-as dentro das expressões sociais ali expressas. O que levanta questões cruciais às competências e desafios éticos do Serviço Social.

Isto é, o Assistente Social deve fugir de práticas baseadas em um pragmatismo dotado de falta de criticidade e de superação do aparente, onde busca-se corrigir as anomalias sociais expressas no cotidiano. Do contrário, deve investigar as problemáticas primárias que perpetuam o dado fenômeno para uma intervenção que não individualize as demandas (GUERRA, 2012).

Nesse sentido, a ênfase dos estudiosos do fenômeno “violência sexual contra meninos”, é em uma atuação profissional que atue por encaminhamentos, intervenções e políticas públicas que os contemplem e venham a ser proveitosos não só para estes sujeitos, mas para a família e a sociedade a fim de transformar os discursos dispostos até então (ALMEIDA, PENSO & COSTA, 2009). Para tal, apontam que é necessário se afastar da psicologização dos agressores e mero registro das reincidências (SANTOS, 2011).

Em virtude dos seus princípios éticos, especialmente no que tange à ampliação de direitos e acesso aos bens e serviços (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993), o assistente social tem diante de si mais um desafio em se tratando de promover políticas públicas, campanhas, levantamento de dados e produção científica que auxiliem na conscientização da questão e quebra dos preconceitos, no sentido de contribuir para a quebra do silêncio masculino sobre as violências sofridas e a consequente possibilidade de aumento das notificações e acesso ao atendimento e atenção especializada que lhes são de direito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M. et all. **Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares**. In: ALETHEIA, n. 30, p. 142-157, jul./dez. Canoa, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013591012>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ALMEIDA, Tânia, M. C.; PENSO, Maria, A.; COSTA, Liana, F. **Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?**. São Paulo: Estilos clínicos, v. 14, n. 26, p. 46-67. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 1973. Tradução de Dora Fláman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, S; FRANCA, I; COSTA, C e BRITO, R. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. Acta Paulista de Enfermagem, vol.21 no.4, São Paulo, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1997. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro, Edições 70, 1994

BBC BRASIL, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_abuso_sexual_meninos_rm?ocid=socialflow_facebook>. Acesso em: 11 jun. 2017

BBC BRASIL, 2017. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bbcbrasil/posts/10153251026467816>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, 1998.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Editions du Seuil. 1922. Tradução de Maria Helena Kühner, Bertrand Brasil, 11ª ed. Rio de Janeiro, 2012.

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil: pra que te quero**. In: CRAIDY. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Routledge, Chapman & Hall Inc. 1990. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 2003.

CALDEIRA, Laura B. **O conceito de infância no decorrer da história**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CARVALHO, F. A. **Homem não Chora: o abuso sexual contra meninos**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17716>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CECARELLI, P. R. **Reflexões sobre a Sexualidade Masculina**. In: REVISTA DO CÍRCULO PSICANALÍTICO DE MINAS GERAIS, nº 66. p. 83-92, Minas Gerais. 2013. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=1697>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CHUN, W. H. K. **Big Data as Drama**. ELH v. 82, nº 2, Johns Hopkins University, 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93 d e Regulamentação da Profissão**. 10ª ed. Brasília, 1993.

DALHBERG, L.L.& KRUG, E.G. **Violência: um problema global de saúde pública**. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002

DAVIS, N. **Women's History in Transition: The European Case**. Feminist Studies, v. 3, p. 90, 1976.

DUARTE, Luciana. **Curso Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**– Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENAS/MJ. Brasília, 2009.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. Frankfurt, Alemanha, 1987. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FARINELLI, C. C.; & PIERINI, A. J. **O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica**. n. 35, O Social Em Questão. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2016.

FELIX, Juliana. **Depoimento Sem Dano**: Evitando a Revitimização de Crianças e Adolescentes à Luz do Ordenamento Jurídico Pátrio. Universidade de Salvador (UNIFACS), nº 127. Salvador, 2011.

FILHO, Lauro M. **Abuso Sexual**: Mitos e Realidades. 3ª ed. Petrópolis,: ABRAPIA, 2002.

FILHO, Pires. **Violência intrafamiliar**: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas de abuso sexual. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I**: a vontade de saber. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JORNAL DE BRASILIA, 2017. Disponível em:
<<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/professor-de-danca-e-presos-suspeito-de-estuprar-aluno-de-13-anos-em-luziania/>> Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL DE BRASILIA, 2017. Facebook. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldebrasil/posts/1380336565350642?match=cHJvZmVzc29yLGRhbsOnYQ%3D%3D>> Acesso em: 11 jun. 2017.

GATENS, M. **Imaginary bodies**: Ethics, power and corporeality. Routledge. Nova York, 1996.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. **Violência contra a mulher**: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**, p. 117-140. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, E. F. & REBELLO, L. E. F. **As Representações da Masculinidade e o Ser Homem**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social**: reflexões preliminares. In: KATÁLYSIS, v. 16, n. spe, p. 39-49. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de jun. de 2017.

HACKING, Ian. **Construindo tipos**: o caso de abusos contra crianças. Cadernos Pagu, nº 40. Campinas – São Paulo, 2013.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda & KOLLER, Silvia Helena. **Violência Sexual Contra Meninos**: Dados Epidemiológicos, Características e Consequências. vol.23, n.2, Psicologia, USP. São Paulo – SP, 2012.

HUNTER, M. **Abused boys – The neglected victims of sexual abuse**. New York: Fawcett, 1991.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. Rio de Janeiro: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

LABADESSA, V. M; ONOFRE, M. A. **Abuso Sexual Infantil: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos**. In: OLHAR CIENTÍFICO, v. 1, n. 1, Ariqueles – RO, 2010.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud**. Harvard, 1992.

LIPPA, Richard A. **Gender, Nature and Nurture**. Taylor & Francis. 2 ed. California, 2002.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 1922. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Polity Press. Cambridge (EUA), 2004. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, et all. **Caracterização dos agressores e vítimas de violência sexual intrafamiliar: um estudo de caso**. In: REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA, v. 14, n. 1, p. 129-139, São Paulo, 2003.

MINAYO, M.C.S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. In: NJAINE, K. et al (org.). Impactos da violência na saúde. 2 ed. p. 21-42. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999

O GLOBO, 2017. Disponível em:

<<http://blogs.oglobo.globo.com/pagenotfound/post/professora-e-condenada-3-anos-de-prisao-por-enviar-nudes-aluno.html#comments>> Acesso em: 11 jun. 2017.

O GLOBO, 2017. Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/1566634356709571?pnref=story>> Acesso em: 11 jun. 2017.

OUVRY, Oliver. **A Teoria do Puberal em Jacques Lacan**. Tradução de Martha Hervieu École Freudienne, n. 2. Rio de Janeiro: Ágora, 2017.

POLANCZYK, G. V et all. **Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil**. Revista de Saúde Pública, 37(1), p. 8-14, 2003.

PRADO, Sonia, F. **Dimensões da Violência Sexual Contra Meninos Sob a Ótica de Gênero: Um Estudo Exploratório.** Dissertação de Mestrado, Área de Concentração: Psicologia Clínica – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2302/1/Sonia%20Fortes%20do%20Prado.pdf>>. Acesso em: 27 de jun. de 2017.

RICAS, J. et all. **A Violência na Infância Como uma Questão Cultural.** vol.15 no.1, Florianópolis, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade.** Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP, nº2. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2017.

SANTOS, Viviane, A. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: uma questão individual ou social?.** 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. Brasília, 2011.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses: Gender and the politics of history.** Columbia University Press. New York, 1986.

SILVA, José F. S. **Violência e Serviço Social: notas críticas.** In: KATÁLYSIS, v. 11, n. 2, p. 265-273. Florianópolis, 2008.

SILVA, Natanael, F. **Historicizando as Masculinidades: Considerações e Apontamentos à Luz de Miskolci e Albuquerque Júnior.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vol. 1 n. 5. Brasília, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** 1922. Editora Universidade de Brasília, 3ª Ed. Tradução de Regis Barbosa. Brasília, 2000.